

**ATA DA 239ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA  
(21/08/2013)**

Ao vigésimo primeiro dia do mês de agosto de dois mil e treze, às treze horas, na Câmara Municipal de Londrina, após a certificação do quórum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde para a 239ª reunião ordinária do CMS, tendo como pauta: **1-13h00-Análise e Aprovação da Pauta 239ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação das Atas da Reunião Extraordinária do dia 11/04/13 e da 238ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 2-13h30- Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de março, abril de 2013 – Diretoria Financeira- Sandra Regina dos S. Silva; 3-14h30- Apresentação da Gestão Matricial de Despesas-G.M.D;4-15h30-Apresentação do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e Qualidade na Atenção Básica –PMAQ; 5-16h30-Apresentação sobre as Filas de Cirurgias Eletivas e Consulta de Especialidades;6-17h00- Informes;7-17h30-Teto máximo para encerramento.** A diretora geral da Secretaria Municipal de Saúde, **Drª Valéria Cristina Barbosa**, dá início a reunião cumprimentando a todos os presentes e colocando a pauta do dia para apreciação do conselho. **Drª Valéria** solicita a inclusão de 2 pontos na pauta: **Pedido de Prorrogação de Prazo ao Ministério da Saúde para o Início de Obras e Apresentação do POA do ILES.** A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** solicita a inclusão de um ponto de pauta a respeito do **GETEXCEL**, inclusive os técnicos da entidade e alguns pacientes que utilizam o serviço, estão presentes na reunião. **Juvira** coloca que o CMS precisa saber o que está acontecendo no atendimento destes pacientes. A conselheira **Joelma Apª Carvalho** solicita a inclusão do seguinte ponto: **Apresentação das Novas Entidades que Irão Compôr o CMS.** A conselheira **Rosicler Amarins** diz que não sabe se seu pedido deve entrar como informe ou ponto de pauta, mas é relacionado a informações a respeito de um conselheiro que está com um cargo comissionado, logo, gostaria que isso fosse levantado e repassado ao conselho. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** sugere que a entidade oficialize o pedido de esclarecimento, pois assim fica mais democrático de dentro dos princípios, para que isso seja averiguado. A conselheira **Rosicler Amarins** coloca que quase todo mundo já sabe do que se trata, logo, sua entidade não precisa fazer o pedido, pois todos sabem, só não tem coragem de falar. **Drª Valéria Cristina Barbosa** coloca que, segundo informações da secretária Sandra Bavia, a questão já foi apontada e está aguardando a resposta. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** diz que Getexcel é um assunto que foi trazido na executiva pelo conselheiro Ildo. **Eliel** diz que o CMS não vai acabar com nenhum serviço que funciona para os usuários, no entanto, deseja ter claro e objetivo qual o papel do Getexcel. O conselheiro **Ildo Ioris** sugere que seja votado uma apresentação da entidade sobre o seu trabalho, e não decidir agora se vai ou não vai, pois primeiro é preciso entender o que está acontecendo, para depois pegar as pessoas que estão envolvidas neste processo e discutir com a SMS o que pode ser feito em outra reunião. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** coloca que é preciso detalhar qual seria esta pauta, se vai ser uma apresentação e determinar um tempo limite para o assunto. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** diz que a proposta é de 15 minutos de apresentação para a entidade. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** sugere 5 minutos para a apresentação do GETEXCEL, 5 minutos para a Gerência de odontologia do município, e

46 podemos votar isso em uma próxima pauta. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** sugere  
47 que seja formada uma comissão para estudar o assunto de maneira detalhada, inclusive  
48 quer fazer parte. **Drª Valéria Cristina Barbosa** sugere que a apresentação seja feita para a  
49 comissão citada, que na próxima reunião, apresentaria ao conselho já com um  
50 posicionamento da secretaria. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** solicita que a  
51 apresentação seja feita logo no início da reunião, em favor das crianças especiais que estão  
52 presentes. **Drª Valéria Cristina Barbosa** diz que primeiro deve ser votado se o assunto vai  
53 entrar em pauta ou não. A conselheira **Joelma Apª Carvalho** questiona se o  
54 encaminhamento da conselheira Juvira é para que seja formada uma comissão para a  
55 análise da documentação, e, na próxima reunião de setembro, este assunto seria o primeiro  
56 ponto de discussão. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** coloca que sua proposta é  
57 para que nesta reunião seja formada uma comissão e feita uma apresentação aos  
58 conselheiros. A conselheira **Joelma Apª Carvalho** propõe que a apresentação seja feita na  
59 próxima reunião, pois a pauta já está muito extensa. A conselheira **Juvira Barbosa**  
60 **Cordeiro** diz que gostaria de uma apresentação já nesta reunião, por conta dos pacientes  
61 que deslocaram até a CML para participar da reunião. **Drª Valéria Cristina Barbosa** coloca  
62 que a intenção era de apresentar as crianças a todo CMS, e elas já foram apresentadas. A  
63 conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** solicita que ao menos seja feita uma apresentação  
64 mínima pela dentista. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** faz um apelo à conselheira  
65 Juvira, pois a pauta está extensa e ninguém está querendo excluir a entidade, mas é preciso  
66 acatar o encaminhamento proposto pela conselheira Joelma. A conselheira **Juvira Barbosa**  
67 **Cordeiro** coloca que o assunto deve ser o primeiro ponto de pauta da próxima reunião. O  
68 conselho aprova a proposta de que seja formada uma comissão e que o GETEXCEL  
69 seja o primeiro ponto de pauta da próxima reunião do CMS. Na sequência, o CMS  
70 aprova a inclusão dos demais pontos de pauta solicitados e a pauta é aprovada com a  
71 seguinte disposição: 1-13h00-Análise e Aprovação da Pauta 239ª Reunião Ordinária do  
72 CMS e Aprovação das Atas da Reunião Extraordinária do dia 11/04/13 e da 238ª  
73 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 2- Apresentação das Novas  
74 Entidades que Irão Compôr o CMS; 3- Prestação de Contas do Fundo Municipal de  
75 Saúde referente aos meses de março, abril de 2013 – Diretoria Financeira- Sandra  
76 Regina dos S. Silva; 4-14h30- Apresentação da Gestão Matricial de Despesas-G.M.D; 5-  
77 15h30-Apresentação do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e Qualidade na  
78 Atenção Básica –PMAQ; 6-16h30-Apresentação sobre as Filas de Cirurgias Eletivas e  
79 Consulta de Especialidades;7- Pedido de Prorrogação de Prazo ao Ministério da Saúde  
80 para o Início de Obras das UBS's; 8- Apresentação do POA do ILES; 9-17h00-  
81 Informes;10-17h30-Teto máximo para encerramento. Drª Valéria Cristina Barbosa  
82 informa que a comissão da manutenção dos veículos se reuniu e será feito um pequeno  
83 relato do que foi discutido junto com a prestação de contas. A seguir é passado a  
84 **Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária do dia 11/04/13.** A conselheira **Ana Paula**  
85 **Cantelmo** pede a seguinte correção na linha 212: Onde está escrito “Fahd relata que esteve  
86 em Curitiba em uma assembleia”, na verdade, o correto é: “ em uma audiência publica na  
87 assembleia legislativa”. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** aponta que na linha 253 há  
88 um erro de concordância verbal, a “a gestão anterior já cometeram vários erros”. Cícero diz  
89 que na linha 376, “**Cícero** coloca que foi aprovado o relatório”. **Drª Valéria Cristina Barbosa**  
90 explica que a ata está sendo transcrita da forma que foi falado na integra, ou seja, não foi

91 feito correção nenhuma, pois isso foi um desejo do próprio conselho. **Cícero** diz que gostaria  
92 então de ouvir então essa gravação, até para confirmar. O conselheiro **Aylton Paulus**  
93 **Junior** coloca que ficaram vários encaminhamentos nesta reunião e que, ao reler a ata, não  
94 pode entender como ficou a situação do ortopédico. **Dr<sup>a</sup> Valéria** responde que com relação  
95 ao contrato, foram tentadas algumas abordagens junto ao Ortopédico para uma nova  
96 pactuação e o hospital não aceitou, e então foi apresentado a este conselho um novo  
97 chamamento público para ortopedia na última reunião, e a controladoria está fazendo  
98 avaliação deste contrato, para ver se existem diferenças de valores que terão de ser  
99 ressarcidas. O conselheiro **Eliei Joaquim dos Santos** diz que no tocante ao assunto  
100 levantado pelo Aylton, o conselheiro Fahd havia se comprometido a conversar com os  
101 demais prestadores e trazer a questão para dentro do conselho, e, passado todo este tempo,  
102 não foi feita esta discussão e nada foi trazido ao conselho. A conselheira **Ana Paula**  
103 **Cantelmo** responde que esta reunião não foi feita. Na sequência, a **Ata da Reunião**  
104 **Extraordinária do dia 11/04/13 é aprovada pelo CMS**. Seguindo os trabalhos, é colocada  
105 em apreciação a **ata da 238<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde**. A  
106 conselheira **Ana Paula Cantelmo** coloca que na linha 821, sua fala diz “*utilizar até que outra*  
107 *empresa seja contratada, de maneira a diminuir este desconforto e a comissão não emitir*  
108 *parecer com ressalva, uma vez que*”, pois como ele está descrevendo a fala na íntegra, fica  
109 uma confusão e ela própria se embananhou com a própria fala, então, na verdade, pode ter  
110 falado utilizando estas palavras, mas na ata perdeu todo o sentido e merece correção para  
111 que outras pessoas que não participaram entendam, sendo assim sua sugestão é “*comissão*  
112 *não emitir parecer com ressalva, uma vez que é estranho se aprovar algo que vem com*  
113 *ressalva*”. **Cantelmo** pede para que na linha 824, seja colocado “*Cantelmo sugere que a*  
114 *Comissão do Fundo verifique os mecanismos de controle dentro do contrato*”. **Cantelmo** diz  
115 que na linha 815, deve ser corrigido para: “*e chegou à conclusão que o lido colocou que, por*  
116 *mais desconfortável que fosse*”. **Cantelmo** diz que linha 825, há um erro de português, pois  
117 ao invés de “com relação”, o correto é “em relação”. **Cantelmo** diz que na linha 1035, na fala  
118 “*A conselheira Ana Paula Cantelmo questiona qual é o cargo e pede para que se for para*  
119 *auxiliar de enfermagem*”, seja colocado “*A conselheira Ana Paula Cantelmo questiona qual*  
120 *é o cargo e pede para que se for para auxiliar de enfermagem e enfermeiro*”. **Cantelmo** pede  
121 para que na página 1471, seja colocado “*Muitas vezes a equipe de enfermagem pode*  
122 *notificar e ter uma suspeita, mas se o médico depois não gera algumas indicações, pode*  
123 *comprometer a investigação e ela não ir adiante*”. A conselheira **Marcia Zambrim** diz que na  
124 linha 48, está escrito o “*secretário na estava presente*”. Na linha 163 faltou a palavra “faz” na  
125 fala “*A conselheira Adriana Xavier Dorta uso da palavra*”. Na linha 180, a palavra “*mais*”  
126 deve ser substituída por “*mas*”. Na linha 184, a palavra “*estrutura*” deve ser corrigida para  
127 “*estruturar*”. **Após os apontamentos, Ata é aprovada pelo CMS**. O conselheiros **Aylton**  
128 **Paulus** se absteve do voto, pois não esteve presente na reunião. A conselheira **Carmem**  
129 **Lúcia** se absteve do voto por não ter participado da reunião. Seguindo os trabalhos, é  
130 passado ao ponto de pauta: **Apresentação das Novas Entidades que Irão Compor o**  
131 **CMS**. A conselheira **Joelma Ap<sup>a</sup> Carvalho** faz uso da palavra e inicia dizendo que foi  
132 aprovada a lei do CMS, que passou de 24 para 28 membros. Foi aprovado também o novo  
133 regimento do conselho, e haviam algumas questões, onde o conselho estava com o  
134 seguimento de trabalhador sem paridade, e outras que a lei veio para adequar e deixar o  
135 CMS dentro da legalidade, pois antes não estava. Com o aumento do número de

136 conselheiros, houve uma reunião da executiva no dia 15/08/2013, onde foi levantada toda  
137 documentação da última conferência, onde várias entidades ficaram numa lista de espera,  
138 sendo que foi seguida estas listas e atas da conferência. Diante disso, no segmento do  
139 usuários, o MOPS passa a ser titular e sai da suplência do Conleste. Na suplência do  
140 Conleste entra o Movimento Negro. ASSEMPA passa a ser titular a Associação de  
141 Mulheres da Região do Jd. Bandeirantes sua suplente. No segmento trabalhador, a ASSUEL  
142 entra como titular e suplente, o Coren passa a ser titular e o CRM seu suplente. O CREFITO  
143 passa a ser suplente da AML. Joelma coloca que a lei nova diz o seguinte: “*um*  
144 *representante de entidades que congregam Associações de Moradores*”, no entanto, o CMS  
145 possui duas entidades que congregam Associações de Moradores, logo, após se reunir, a  
146 comissão executiva está trazendo a seguinte sugestão: já que há apenas 1 vaga e existem  
147 duas entidades, as duas devem chegar a um acordo para ficar uma de titular e outra e  
148 suplente, inclusive podem combinar de revezar a titularidade. A conselheira **Rosicler**  
149 **Amarins Vaz** pede questão de ordem e diz que gostaria de saber das duas entidades qual é  
150 a mais antiga. A conselheira **Joelma Ap<sup>a</sup> Carvalho** diz que outra questão, é que para as  
151 entidades participarem do CMS, elas devem ser de âmbito regional ou municipal, sendo que  
152 hoje o CLS do Jd. Leonor faz parte do conselho, algo que, segundo a lei, não está correto,  
153 pois deveria ser o Consoeste ou qualquer outra entidade de âmbito regional ou municipal.  
154 Joelma continua e diz que após a composição do conselho, será feita uma reunião  
155 extraordinária com todos os 28 membros, e a eleição da nova comissão executiva e do  
156 presidente do CMS, que deve ser eleito entre os pares. Joelma coloca que estas questões  
157 devem ser resolvidas pelo plenário. A conselheira **Rosicler Amarins** faz uso da palavra e  
158 diz que a questão das duas associações já está dando pano para manga desde a  
159 conferência. Na época, recorda que a Unimol tinha 8 votos e a Famep tinha 3, e não sabe  
160 quem foi que foi lá e mexeu, trouxe para a plenária e resolveram dividir a vaga, sendo que  
161 as duas vagas eram da Unimol. A Famep já está há dois anos, e se vamos ser justos, que a  
162 Unimol fique 2 anos agora. O conselheiro **Aylton Paulus** destaca o valoroso trabalho  
163 realizado pela Comissão que reformulou o regimento do CMS, no entanto, recomenda que  
164 isso passe também por uma análise jurídica, inclusive quanto à eleição imediata do  
165 presidente do conselho. A conselheira **Joelma Ap<sup>a</sup> Carvalho** diz que a lei foi aprovada e  
166 imediatamente está valendo, pois a vigência é a partir da publicação, e depois de feita a  
167 recomposição, o próximo passo será a eleição do conselho. A conselheira **Juvira Barbosa**  
168 **Cordeiro** diz que já esperava pela manifestação relacionada ao CLS do Leonor, e  
169 justamente pensando neste caso de recomposição de acordo com a lei do CMS, gostaria de  
170 saber se a conselheira Joelma também sairia do conselho, uma vez que ela representa o  
171 CLS do Patrimônio 3 Bocas, sendo que o que quer é somente justiça, pois se a conselheira  
172 Joelma representa o CLS do Três Bocas, também estaria fora. A conselheira **Juvira**  
173 **Barbosa Souza Cordeiro** diz que representa o CLS da Usina Três Bocas realmente, mas  
174 está amparada pela lei do CMS, art.2, “g”: “ *um representante de entidade representativa de*  
175 *moradores de distritos rurais, que sejam integrantes de Associações de Moradores e/ou*  
176 *Conselhos de Saúde e/ou entidades comunitárias*. Joelma diz que está representando a área  
177 rural pela entidade CLS Usina Três Bocas, sendo amparada pela lei, e a vaga que a  
178 comissão executiva está trazendo para discussão é a do CLS do Jd. Leonor, pois a lei 4911,  
179 artigo 2º, diz: “*b) cinco representantes de conselhos e/ou movimentos e/ou entidades*  
180 *comunitárias de âmbito regional ou municipal organizadas na área de saúde*”, ou seja, neste

181 ponto, está irregular o CLS do Jd Leonor, já que não cabe uma entidade a nível local. A  
182 conselheira **Juvira Barbosa Souza Cordeiro** diz que não obstante a colocação da  
183 conselheira, o CLS da Usina Três Bocas continua sendo um conselho local e está como  
184 conselho local, pois a conselheira não está como o patrimônio e sim como conselho local,  
185 assim como o CLS do Leonor, ou seja, é um conselho local que não pode permanecer assim  
186 como o do Leonor. Juvira coloca que se o CLS do Leonor não pode compor, ainda que tenha  
187 sido eleito em conferencia e que o entendimento da promotoria precisa ser colocado,  
188 inclusive a plenária da conferencia é soberana sob a plenária do conselho, o CLS do Três  
189 Bocas também deve sair e não deve permanecer, e é justo então que nenhum CLS participe,  
190 pois se a conselheira estivesse por uma entidade que representasse o patrimônio  
191 regionalmente, mas está representando um CLS, logo, porque um conselho local pode  
192 participar e outro não. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** diz que quer discutir duas  
193 coisas: A primeira é a questão de ordem levantada pela conselheira Rosicler sobre as  
194 federações. Na conferencia, realmente foi feita uma discussão para compor o conselho, e,  
195 naquele momento, a Unimol tinha 2 vagas: uma representando a federação e outra da  
196 Associação de Moradores, que agrega a mesma coisa. O pleno da conferencia entendeu  
197 que a Associação de Moradores já estava sendo representada dentro da Unimol, e abriu  
198 uma vaga para a FAMEP e aprovou que a entidade participasse como titular do conselho,  
199 isto levando em consideração a lei e o regimento antigo, pois a partir do momento que a lei e  
200 o regimento foram modificados, foi necessário trazer esta discussão ao conselho, e ninguém  
201 aqui ganha nada para participar do CMS e todos trabalham em prol da saúde de Londrina.  
202 Outra questão é a do que foi colocado pela conselheira Juvira, pois esta discussão tem de ir  
203 para um corpo jurídico. A conselheira Joelma tem um documento que diz que entidade de  
204 área rural pode participar do conselho mesmo como CLS, que é o questionamento da  
205 conselheira Juvira, por outro lado, a Juvira representa um CLS de um bairro da cidade, ou  
206 seja, há um impasse e ao que parece, a Joelma está respaldada pela lei. Isso precisa ser  
207 definido, para depois o CMS entrar na discussão das duas federações. A conselheira Pilar  
208 Nadir coloca que no dia da reunião da comissão executiva, questionou o caso da conselheira  
209 Joelma, mas, analisando a lei, o caso dela realmente é diferente da conselheira Juvira,  
210 inclusive sabe do trabalho de colaboração da conselheira dentro do CMS, porém, dentro da  
211 legalidade que o conselho precisar ter, até mesmo para respaldar suas decisões, inclusive  
212 foi pedida uma manifestação do promotor. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** diz que no  
213 que tange a questão das confederações, esteve conversando com o companheiro Rocha,  
214 que é o representante da outra federação, e infelizmente ele não quis compor, pois lhe  
215 sugeriu a questão da gente fazer a questão de titular/suplente, e ele falou que não, inclusive  
216 dentro bom senso que nos cabe, é preciso parar com esta briga entre entidades e começar a  
217 buscar um entendimento, pois o processo de construção é o mesmo, enato, conversando  
218 com ele, ele disse que não gostaria de fazer este apontamento, então, gostaria dentro da  
219 questão das confederações, que isso fosse para o plenário, que vocês ponderassem, pois,  
220 querendo ou não, a própria Unimol, dentro do processo da conferencia, teve 8 votos, mas é  
221 preciso pensar no processo de construção da cidade e da saúde de Londrina, e mais uma  
222 vez, dentro desta dinâmica, acha que não se pode entrar muito na briga, no embate, pois  
223 tudo mundo aqui quer uma única coisa: que o usuário seja atendido e que o serviço seja  
224 resolutivo e de qualidade, este é o objetivo, estas questões de briga e discussões não vão  
225 levar a nada e podem ser deixadas a posterior e vamos caminhar, pois querendo ou não, a

saúde é realmente algo de suma importância e requer um olhar especial também do gestor. O presidente da Famep, senhor **Valmir Rocha**, faz uso da palavra e diz que não é questão da Famep não querer somar, simplesmente o **Cícero** o procurou falando que a Unimol ficaria com a vaga de titular e a Famep com a suplência, por isso disse não, pois não quer isso aí e está aqui para ajuda, toda vida trabalhou como conselheiro e todos sabem seu jeito de trabalhar. De maneira alguma vai questionar se a Unimol ficar, se a Famep ficar, não é este lado ai, simplesmente ontem a Sandra ligou falando da situação, por isso, trouxe, para tirar a dúvida dos conselheiros, toda documentação da Famep, logo, caso o CMS permitir, gostaria de apresentar estes documentos para o CMS, e, da mesma maneira que estão questionando a Famep, que depois peçam também a da Unimol. Rocha continua e diz que não é mais conselheiro, mais gostaria de apresentar a documentação da Famep para que não fique nenhuma dúvida, para que os conselheiros votem e vejam a situação. A conselheira **Rosicler Amarins Vaz** pede questão de ordem e diz que o conselho não tem dúvida quanto à documentação, então não tem porque discutir esta questão. **Valmir Rocha** diz que a secretaria do conselho recebeu um ofício, e por isso está aqui para apresentar, no entanto, se os conselheiros falarem que está tudo certo, não vai nem apresentar. A secretária executiva **Sandra Bavia** faz uso da palavra, e informa que recebeu um ofício dizendo que a única federação que é constituída é a Famopar e que a Famep não existe. A conselheira **Rosicler Amarins Vaz** quem enviou o ofício. **Bavia** responde que o documento foi encaminhado pela Unimol, por isso, o senhor Rocha trouxe a documentação da Famep. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** diz que primeiro é preciso decidir quem vai ficar. **Rocha** coloca que para o conselho decidir, primeiro é preciso apresentar a documentação, e mesmo se a Famep não ficar, seu trabalho fora continua. **Rocha** diz que está chateado por falarem que a Famep não existe, pois ela tem toda documentação e até encargos municipais pagas, por isso é preciso tirar essa dúvida. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** diz que é preciso verificar quem mandou o ofício e abrir um processo por calúnia e difamação. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** diz que os conselheiros não estão aqui para excluir nenhuma entidade que representa, dentro de uma legalidade legítima, a questão dos usuários ou a comunidade de Londrina. Tanto a Famep quanto a UNIMOL, são federações que estão legais e legítimas, e não da para discutir aqui a legalidade de uma ou de outra, pois faz tempo que estão neste conselho. Eliel continua e diz que o Cícero fez uma proposta para que ficasse um ano a Unimol e um ano a Famep, pois em 2015 vai ocorrer a conferencia e com certeza sairá o representante legal das Associações de Moradores, logo, é uma questão de bom senso e aceitar isso, pois se as entidades aceitarem esta condição é só discutir quem vai ficar primeiro de titular, e é interessante que as duas entidades participem do CMS, pois as duas têm trabalhos importantes na comunidade, cada uma da sua maneira. Eliel coloca que o pleno do conselho tem autonomia para deliberar uma destas duas, e se for para o voto todos vão perder, inclusive os usuários, logo, é preciso que as entidades cheguem a um acordo. A conselheira **Isaltina Pires Cardoso** diz que está com dúvida, pois até onde sabe, a Unimol e a Famopar tem o mesmo presidente, e o Rocha está certo em sua fala, pois não é que ele não aceitou, o que ele quer é que haja a votação, e ele está certo, tem de ser decidido, agora, se a UNIMOL e Famopar é uma só, falta apenas decidir quem irá ficar no lugar, e na gestão Nedson, pelo que se lembra, era uma só, a Famopar e Unimol era uma só, até o presidente da Famopar saiu na mídia por que aconteceu certo desvio muito pequenininho no Ciap, quase imperceptível, e

271 ele participou e era presidente, tanto é que na reunião do CMS era uma vergonha, pois eram  
272 4 votos garantidos, e então você nunca podia decidir para o melhor, pois já havia os votos  
273 destas duas associações que na verdade eram uma só. A conselheira **Rosicler Amarins**  
274 **Vaz** pede questão de ordem e diz que a discussão não é essa e sim se vai ficar a Famep ou  
275 a Unimol. A conselheira **Isaltina Pires Cardoso** diz que não terminou sua fala, pois gostaria  
276 de saber quem assinou o documento que foi encaminhado para a secretaria do CMS. A  
277 conselheira **Rosicler Amarins Vaz** diz que quem assinou foi Ângelo Barrero, não tem nada  
278 a ver com o presidente antigo. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** pede questão de  
279 ordem e diz que é preciso um parecer jurídico a respeito dos CLS. O conselheiro **Eliel**  
280 **Joaquim dos Santos** diz que fez uma proposta e ninguém se manifestou, logo, se não há  
281 um entendimento, a mesa vai ter de chamar para voto, no entanto, gostaria de ouvir das  
282 entidades se é esta a decisão. O conselho **Cícero Cipriano Pinto** diz que com relação a  
283 questão de titular/suplente, até abre mão de uma vaga, desde que, no primeiro ano, a  
284 Unimol seja titular, e abrimos mão da suplência para a Famep, e depois a gente conversa a  
285 questão do revezamento no próximo ano, tranquilo, não há problema nenhum, pois desde  
286 que esteve no CMS, seu posicionamento e postura foi uma só e não muda, a questão do  
287 entendimento, a questão de você ter o bom senso e a questão do processo de construção, o  
288 processo também é um processo lento de amadurecimento e não dá para gente ficar  
289 discutindo e brigando por uma coisa que o salário também nem é tão alto assim. **Dr<sup>a</sup> Valéria**  
290 questiona se a proposta do Cicero é para que a Unimol fique por um ano e a Famep como  
291 suplente, e depois de um ano se converse novamente. O conselheiro **Eliel Joaquim dos**  
292 **Santos** diz que deve haver a garantia da entidade. O conselho **Cícero Cipriano Pinto** diz  
293 que isso não tem porque, e a participação deste conselho aqui. A conselheira **Rosicler**  
294 **Amarins Vaz** diz que deve ficar claro a questão do revezamento. O conselho **Cícero**  
295 **Cipriano Pinto** diz que o revezamento, mas a participação enquanto conselheiro, titular ou  
296 suplente, tem de ser efetiva. **Dr<sup>a</sup> Valéria** questiona se a proposta do Cicero é para que daqui  
297 1 ano, a Famep passe a titular e a Unimol suplente. **Cícero** diz que não tem o porquê não  
298 ser diferente. **O senhor Valmir Rocha** faz uso da palavra e diz que a Famep não concorda  
299 com a proposta. Rocha diz que prefere que seja respeitada sua opinião particular, pois ainda  
300 está presidente da Famep, e não vão concordar, até por causa da conselheira que comentou  
301 a situação do passado, e não vão fazer parte de entidade. A conselheira **Rosicler Amarins**  
302 pede questão de ordem. **Rocha** pede para que sua fala seja respeitada, pois respeita a fala  
303 de todo mundo. A conselheira **Rosicler Amarins** diz que ele deve ir mais devagar, pois nem  
304 é mais conselheiro e estão o deixando falar. **Rocha** diz que foi convidado, e para  
305 conhecimento do Cícero que levou lá o ofício dizendo que a Famep não existe, a Famep  
306 esteve em 2011 no Leonor junto com ele, fundando a Associação de Moradores do Jd.  
307 Leonor, Charrua e Marumbi, na qual ele foi eleito pela comunidade como representante na  
308 área da saúde pela associação de moradores, e está dizendo isso só para conhecimento do  
309 conselheiro. Rocha continua e diz que faz questão, pois toda vez que tem através de ofício,  
310 que todos nós temos documentação aqui, e além do mais, está federação que ele falou que  
311 não existe, no caso, não se trata da Famep, mais sim, na época, não agora, porque agora é  
312 diferente, que reativaram, mais na época, vocês receberam uma certidão de baixa, na  
313 época, a Famopar foi baixada, em 2008, a Famep foi fundada no dia 07/11/2009 e registrada  
314 no dia 09/11/2009, ou seja, a Famep está totalmente legalizada e com um título municipal e  
315 outro estadual, e além do mais, quando foi fundada a Famep, a Famopar estava extinta, por

316 isso que a promotoria deu favorável a fundação da Famep, porque é feito um levantamento  
317 em cartórios, que se existisse o mesmo nome não teria saído a certidão negativa da  
318 Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná, logo, a Famep está  
319 totalmente regulamentada e é por isso que na época entraram, inclusive se lembra como se  
320 fosse hoje, houve a mesma situação e eles não queriam deixar. O conselheiro **Aylton**  
321 **Paulus** diz que no CES, algumas entidades fazem parceria, e não é porque uma é titular e  
322 outra suplente, que não pode vir participar da reunião do CMS, por isso, gostaria de pedir um  
323 acordo entre as entidades e seja deixado de lado as vaidades pessoais e usem mais a força  
324 na construção do SUS. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** coloca que em nenhum  
325 momento disse no microfone que a Famep não existe. Cicero diz que diante do  
326 posicionamento do conselheiro, gostaria de propor que seja definido quem fica e quem sai. A  
327 conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** pede questão de ordem e diz que quando  
328 ocorreu a conferencia, fez parte, juntamente com o Cicero e a Maria Ângela, da comissão  
329 que avaliou os documentos, e veio para a conferencia quem tinha a documentação certa, até  
330 1 ano em saúde, logo, gostaria que fosse para votação e uma entidade ficasse como titular 1  
331 ano e a outra suplente, depois fazendo a troca. O conselheiro **Arnoldo Bulle** coloca que a  
332 Famep entrou num consenso e aceita estar 1 ano na suplência e 1 na titularidade, em  
333 contrapartida, a Famep pede que a documentação da Unimol seja revisada, para ver se a  
334 referida entidade tem a legalidade para estar dentro do conselho, e, caso esteja tudo certo,  
335 não há problema algum e Famep aceita a proposta. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto**  
336 diz que gostaria que o Rocha retirasse sua fala, a fala que ele disse a posterior com relação  
337 a própria questão da Unimol, porque a Unimol começa com uma nova diretoria, uma nova  
338 mentalidade, e ele se referiu que não queria fazer parceria, então que ele retire a fala que  
339 ele disse anteriormente. A conselheira **Rosicler Amarins** diz que é só isso que ele vai falar  
340 e mais nada. **Rocha** diz que não retira sua fala e que a Famep não comunga com a Unimol,  
341 e não retira sua fala. A conselheira **Rosicler Amarins** diz que os membros da Famep estão  
342 em desacordo e não dá para entender. **Dr<sup>a</sup> Valéria** diz que quem está representando a  
343 Famep no conselho é o Arnoldo. **Rocha** diz que o Arnoldo Bulle falou muito bem, e a Unimol  
344 deve apresentar toda documentação ao CMS. A conselheira **Rosicler Amarins** diz que o  
345 Rocha já falou seus 3 minutos e não tem mais direito de falar. **Dr<sup>a</sup> Valéria** diz que ficou da  
346 seguinte forma: O conselheiro Arnoldo Bulle aceitou a proposta, são entidades e que vão  
347 trabalhar cada uma da sua forma pelo mesmo objetivo, ficando então a Unimol por 1 ano  
348 como titular e a Famep como suplente, e daqui a um ano se inverte e a Famep passa a ser  
349 titular e a Unimol suplente, e fica solicitado o pedido do Arnoldo para que a Unimol apresente  
350 a documentação de toda sua legalidade junto a comissão do conselho. **O conselho aprova**  
351 **a proposta.** Quatro conselheiros se abstêm do voto. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** diz  
352 que se absteve do voto por entender que a decisão é uma prerrogativa do segmento dos  
353 usuários. **Dr<sup>a</sup> Valéria Cristina Barbosa** passa a questão do CLS do Jd Leonor. **Valeria** diz  
354 que muitas vezes lemos a lei e não entendemos bem, então, para não pairar dúvidas a  
355 respeito da questão, foi pedido ao Dr<sup>o</sup> Paulo Tavares que avaliasse, e como ele ainda não  
356 teve o tempo hábil, o CMS ficará aguardando a resposta, a qual será devidamente  
357 apresentada e tomados os encaminhamentos necessários, sendo que até lá permanece  
358 como está. **O CMS aprova a proposta.** **Dr<sup>a</sup> Valeria** faz a apresentação dos novos  
359 conselheiros do CMS: Rosalina Batista (Assempa), Maria Marcia Ferreira (AMBAS), Adão  
360 Ap<sup>a</sup> Brasilino (ASSUEL), Marcelo Alves Seabra (ASSUEL), Fernando Cesar Iwamoto



361 Marcucci(CREFITO), Alisson M. Mendonça (Fórum Popular). **O CMS aprova . Dr<sup>a</sup> Valéria**  
 362 **passa ao ponto seguinte da pauta: Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde**  
 363 **referente aos meses de março, abril de 2013 – Diretoria Financeira- Sandra Regina dos**  
 364 **S. Silva. Sandra** inicia a seguinte apresentação: “*Prestação de Contas referente ao mês de*  
 365 *MARÇO/2013, das contas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CNPJ: 11.323.261/0001-69.*  
 366 *ATENÇÃO BÁSICA – Execução Financeira Orçamentária - Fonte 495. Receitas acumuladas*  
 367 *até Mar/13 – R\$ 6.595.393,00. Despesas pagas até Mar/13 – R\$ 2.403.708,07. SALDO - R\$*  
 368 *4.191.684,93. Orçamento Previsto – R\$ 22.000.000,00. Orçamento executado – R\$*  
 369 *2.403.708,07. % de execução até Mar/13 – 10,93. FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$*  
 370 *7.307.271,04. Receita Acumulada até o mês anterior – R\$ 4.509.119,90. Receita no Mês –*  
 371 *R\$ 2.086.273,10. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 9.381.918,69. Despesa*  
 372 *paga até o mês anterior – R\$ 2.074.647,65. Receita no mês – R\$ 2.434.472,25. Receita*  
 373 *Extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 13.902.664,04. Despesa paga acumulada até o*  
 374 *mês anterior – R\$ 1.277.786,23. Despesa paga no mês – R\$ 1.125.921,84. Restos a pagar*  
 375 *acumulado até o mês anterior – R\$ 1.382.252,82. Restos a pagar no mês – R\$ 548.091,60.*  
 376 *Total Despesa no ano – R\$ 4.334.052,49. Saldo Financeiro – R\$ 9.568.611,55. ATENÇÃO*  
 377 *BÁSICA – 495 - DESPESA POR ELEMENTO - MARÇO/2013. 3.3.90.14.00.00 – Diárias –*  
 378 *Pessoal Civil – R\$ 60,00. 3.3.90.33.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção – R\$*  
 379 *164,00. 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 13,76.*  
 380 *3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado – R\$ 321.130,74. 3.1.90.13.00.00 -*  
 381 *Obrigações Patronais – R\$ 75.610,48. 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo – R\$*  
 382 *112.460,40. 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita – R\$*  
 383 *96.631,62. 3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física – R\$ 2.783,59.*  
 384 *3.3.90.37.00.00 - Locação de Mão-de-Obra – R\$ 292.110,96. Outros Serviços de Terceiro –*  
 385 *Pessoa Jurídica – R\$ 224.956,29. TOTAL – R\$ 1.125.921,84. Atenção Básica – 495 –*  
 386 *RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013. Auxílio Transporte – R\$*  
 387 *1.725,50. Gasolina – R\$ 6.495,50. Gás Engarrafado – R\$ 16.943,50. Outras Despesas com*  
 388 *Gêneros Alimentícios – R\$ 1.154,68. Material de Expediente – R\$ 6.477,00. Material de*  
 389 *Acondicionamento e Embalagem – R\$ 8.676,00. Material de Copa e Cozinha – R\$ 1.331,70.*  
 390 *Material de Limpeza e Produção de Higienização – R\$ 17.314,75. Material Laboratorial – R\$*  
 391 *24.751,09. Material Hospitalar – R\$ 23.560,14. Medicamentos para Distribuição Gratuita –*  
 392 *R\$ 355.967,22. Outros Materiais de Distribuição Gratuita – R\$ 3.270,83. Locação de Imóveis*  
 393 *– R\$ 15.500,00. Fornecimento de Alimentação – R\$ 9.420,00. Impressos em Geral de Uso*  
 394 *Interno – R\$ 40.959,88. Vale Transporte – R\$ 11.886,60. Transporte de Servidores – R\$*  
 395 *2.393,21. Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 264,00. TOTAL: 548.091,60.*  
 396 *MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Execução Financeira Orçamentária – FONTE – 496.*  
 397 *Receitas acumuladas até Mar/13 –R\$ 42.997.624,76. Despesas pagas ate Mar/13 – R\$*  
 398 *36.649.043,89. SALDO - R\$ 3.348.580,87. Orçamento previsto – R\$ 168.000.000,00.*  
 399 *Orçamento executado – R\$ 39.649.043,89. % de execução até Mar/13 – R\$ 23,60. FLUXO*  
 400 *FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$ 1.118.275,69. Receita acumulada até o mês anterior – R\$*  
 401 *28.291.248,00. Receita no mês – R\$ 14.706.376,76. Receita extra – R\$ 0,00. Total da*  
 402 *Receita ano – R\$ 44.115.900,45. Despesa paga acumulada até o mês anterior – R\$*  
 403 *24.292.338,15. Despesa paga no mês – R\$ 15.356.705,74. Restos a pagar acumulado até o*  
 404 *mês anterior– R\$ 665.823,09. Restos a pagar no mês – R\$ 24.352,77. Total Despesas no*  
 405 *ano – R\$ 40.339.219,75. Saldo Financeiro – R\$ 3.776.680,70. – MÉDIA E ALTA*

406 COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR – FONTE: – 496. DESPESA POR  
 407 ELEMENTO - MARÇO/2013. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$  
 408 2.953.552,73. Diárias - Pessoal Civil – R\$ 260,00. Material de Consumo – R\$ 518,60.  
 409 Passagens e Despesas com Locomoção – R\$ 22.886,95. Outros Serviços de Terceiros -  
 410 Pessoa Jurídica – R\$ 12.372.285,96. Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas – R\$  
 411 7.201,50. TOTAL: R\$ 15.356.705,74. RESTOS A PAGAR - DESPESA POR ELEMENTO –  
 412 MARÇO/2013. Passagens para o País – R\$ 3.618,30. Serviços e Procedimentos em Saúde  
 413 de Média e Alta Complexidade – R\$ 20.734,47. TOTAL: R\$ 24.352,77. VIGILÂNCIA EM  
 414 SAÚDE – Execução Financeira Orçamentária – FONTE 497. Receitas acumuladas até  
 415 Mar/13 – R\$ 1.521.789,61. Despesas pagas até Mar/13 – R\$ 68.416,55. SALDO – R\$  
 416 1.453.373,06. Orçamento Previsto – R\$ 4.100.000,00. Orçamento executado – R\$  
 417 68.416,55. % de execução até Mar/13 – R\$ 1,67. FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$  
 418 1.612.817,62. Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 559.071,90. Receita no mês – R\$  
 419 962.717,91. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 3.134.607,43. Despesa paga  
 420 acumulada até o mês anterior – R\$ 27.549,85. Despesa paga no mês – R\$ 40.866,70.  
 421 Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 778.603,04. Restos a pagar no mês – R\$  
 422 42.368,99. Total Despesa no ano – R\$ 889.388,58. SALDO FINANCEIRO – R\$  
 423 2.245.218,85. DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013. Diárias – Pessoal Civil – R\$  
 424 924,00. Passagens e Despesas com Locomoção – R\$ 250,00. Material de Consumo – R\$  
 425 88,00. Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 104,70. Outros Serviços de  
 426 Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 39.500,00. TOTAL: 40.866,70. Vigilância em Saúde – 497  
 427 – RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013. Gasolina – R\$  
 428 7.522,99. Medicamentos para Distribuição Gratuita – R\$ 216,00. Fornecimento de  
 429 Alimentação – R\$ 180,00. Veículos Diversos – R\$ 34.450,00. TOTAL: 42.368,99.  
 430 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – Execução Financeira Orçamentária - FONTE 498.  
 431 Receitas acumuladas até Mar/13 – R\$ 745.269,43. Despesas pagas até de Mar/13 – R\$  
 432 32.138,89. SALDO – R\$ 713.130,54. Orçamento previsto – R\$ 610.000,00. Orçamento  
 433 Executado – R\$ 32.138,89. % de execução até Mar/13 – 5,27. FLUXO FINANCEIRO –  
 434 Saldo Inicial – R\$ 4.371.553,01. Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 499.040,89.  
 435 Receita no mês – R\$ 246.228,54. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$  
 436 5.116.822,44. Despesa paga acumulada até o mês anterior – R\$ 14.738,54. Despesa paga  
 437 no mês – R\$ 17.400,35. Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 1.240.066,33.  
 438 Restos a pagar no mês – R\$ 181.819,28. Total Despesa no ano – R\$ 1.454.024,50. SALDO  
 439 FINANCEIRO – R\$ 3.662.797,94. DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013. Outros  
 440 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 17.400,35. TOTAL: R\$ 17.400,35. RESTOS A  
 441 PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013. Medicamentos para Distribuição  
 442 Gratuita – R\$ 181.819,28. TOTAL: 181.819,28. GESTÃO DO SUS – EXECUÇÃO  
 443 FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA - FONTE 499. Receita acumulada até Mar/13 – R\$  
 444 123.685,12. Despesas pagas até Mar/13 – R\$ 10.746,00. SALDO: R\$ 112.939,12.  
 445 Orçamento Previsto – R\$ 200.000,00. Orçamento executado – R\$ 10.746,00. % de  
 446 execução até Mar/13 – R\$ 5,37. FLUXO FINANCEIRO – Saldo Inicial – R\$ 529.840,87.  
 447 Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 120.064,50. Receita no mês - R\$ 3.620,62.  
 448 Receita Extra – R\$ 0,00. Total Receita ano – R\$ 653.525,99. Despesa paga acumulada até o  
 449 mês anterior – R\$ 4.000,00. Despesa paga no mês - R\$ 6.746,00. Restos a Pagar  
 450 acumulado até o mês anterior - R\$ 19.311,60. Restos a pagar no mês - R\$ 171,40. Total

451 Despesa no ano - R\$ 30.229,00. Saldo Financeiro – R\$ 623.296,99. DESPESA POR  
 452 ELEMENTO – MARÇO/2013. Diárias – Pessoal Civil – R\$ 1.120,00. Passagens e Despesas  
 453 com Locomoção – R\$ 186,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$  
 454 5.440,00. RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013 – Material  
 455 Hospitalar - R\$ 171,40. TOTAL: R\$ 171,40. OBRAS – Execução Financeira Orçamentária –  
 456 Ftes. 352/353/356/500. Receitas acumuladas de Mar/13 – R\$ 82.658,41. Despesas pagas  
 457 até Mar/13 – R\$ 42.199,06. SALDO – R\$ 40.459,35. Orçamento previsto – R\$  
 458 11.206.000,00. Orçamento executado – R\$ 42.199,06. % de execução até Mar/13 – R\$  
 459 0,38. FLUXO FINANCEIRO – Saldo Inicial - R\$ 1.420.926,12. Receita acumulada até o mês  
 460 anterior - R\$ 11.177,34. Receita no mês – R\$ 71.461,07. Receita Extra – R\$ 0,00. Total da  
 461 Receita ano – R\$ 1.503.564,53. Despesa paga acumulada até o mês anterior – R\$  
 462 42.199,06. Despesa paga no mês – R\$ 0,00. Restos a pagar acumulado até o mês anterior –  
 463 R\$ 0,00. Restos a pagar no mês – R\$ 65.848,79. Total Despesas no ano – R\$ 108.047,85.  
 464 Saldo Financeiro – R\$ 1.395.516,68. DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013 – Postos  
 465 de Saúde – R\$ 65.848,79. TOTAL: R\$ 65.848,79. SERVIÇOS PRESTADOS – Execução  
 466 Financeira Orçamentária – FONTE 369. Receitas acumuladas até Mar/13 – R\$  
 467 2.902.606,46. Despesas pagas até Mar/13 – R\$ 1.014.922,84. SALDO – R\$ 1.887.683,62.  
 468 Orçamento previsto – R\$ 10.000.000,00. Orçamento executado – R\$ 1.014.922,84. % de  
 469 Execução até Mar/13 – R\$ 10,15. FLUXO FINANCEIRO – Saldo Inicial – R\$ 2.232.185,84.  
 470 Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 1.911.904,47. Receita no mês - R\$ 990.701,99.  
 471 Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 5.134.792,30. Despesa paga até o mês  
 472 anterior – R\$ 907.926,39. Despesa paga no mês – R\$ 106.996,45. Restos a pagar  
 473 acumulado até o mês anterior – R\$ 1.140.578,28. Restos a pagar no mês – R\$ 159.486,72.  
 474 Total Despesas no ano – R\$ 2.314.987,84. SALDO FINANCEIRO – R\$ 2.819.804,46.  
 475 SERVIÇOS PRESTADOS – 369. DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013. Material de  
 476 Consumo - R\$ 4.122,58. Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 3.984,58.  
 477 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – R\$ 6.934,97. Outros Serviços de Terceiros –  
 478 Pessoa Jurídica - R\$ 91.954,32. TOTAL: 106.996,45. SERVIÇOS PRESTADOS – 369 –  
 479 RESTOS A PAGAR. DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013. Diesel – R\$ 414,70. Gás  
 480 Engarrafado – R\$ 18.750,00. Outras Despesas com Gêneros Alimentícios – R\$ 264,96.  
 481 Material Farmacológico – R\$ 89.921,05. Material de Copa e Cozinha – R\$ 319,36. Material  
 482 de Limpeza e Produção de Higienização – R\$ 951,45. Material Elétrico e Eletrônico – R\$  
 483 41.798,40. Material Laboratorial – R\$ 4.615,80. Fornecimento de Alimentação – R\$ 2.451,00.  
 484 TOTAL: R\$ 159.486,72. RECURSOS DO TESOIRO – Execução Financeira Orçamentária  
 485 – FONTE: 001. Receitas acumuladas até Mar/13 – R\$ 923.580,00. Despesas pagas até  
 486 Mar/13 – R\$ 764.743,68. SALDO – R\$ 158.836,32. Orçamento previsto – R\$ 3.000.000,00.  
 487 Orçamento executado – R\$ 764.743,68. % de execução até Mar/13 – R\$ 25,49. FLUXO  
 488 FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$ 14.350,55. Receita acumulada até o mês anterior – R\$  
 489 1.825,37. Receita no mês – R\$ 1.754,63. Receita extra acumulada até o mês anterior – R\$  
 490 600.000,00. Receita extra no mês – R\$ 320.000,00. Total da Receita ano – R\$ 937.930,55.  
 491 Despesa acumulada até o mês anterior – R\$ 488.588,55. Despesa no mês – R\$ 276.155,13.  
 492 Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 0,00. Restos a pagar no mês – R\$  
 493 13.401,00. Total Despesas no ano – R\$ 778.144,68. SALDO FINANCEIRO – R\$ 159.785,87.  
 494 DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal  
 495 Civil - R\$ 195.005,35. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil – R\$ 16.677,46. Auxílio-

496 Alimentação - R\$ 5.398,49. Obrigações Patronais – R\$ 34.752,58. Sentenças Judiciais – R\$  
 497 19.851,28. Sentenças Judiciais – R\$ 4.165,67. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa  
 498 Jurídica – R\$ 304,30. TOTAL: R\$ 276.155,13. DESPESA POR ELEMENTO – RESTOS A  
 499 PAGAR – MARÇO/2013 – Locação de Imóveis – R\$ 13.401,00. TOTAL: R\$ 13.401,00.  
 500 RECEITAS VINCULADAS – Execução Financeira Orçamentária – FONTE – 303. Receitas  
 501 acumuladas até Mar/13 – R\$ 42.060.319,99. Despesas pagas até Mar/13 – R\$  
 502 37.693.882,60. SALDO – R\$ 4.366.437,39. Orçamento Previsto – R\$ 169.880.000,00.  
 503 Orçamento Executado – R\$ 37.693.882,60. % de Execução até Mar/13 – 22,32. FLUXO  
 504 FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$ 4.404.083,50. Receita acumulada até o mês anterior – R\$  
 505 61.318,62. Receita no mês – R\$ 48.644,51. Receita extra acumulada até o mês anterior –  
 506 R\$ 28.465.371,07. Receita extra no mês – R\$ 13.484.985,79. Total da Receita ano – R\$  
 507 46.464.403,49. Despesa acumulada até o mês anterior – R\$ 23.926.960,24. Despesa no  
 508 mês – R\$ 13.766.922,36. Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 492.482,46.  
 509 Restos a pagar no mês – R\$ 142.990,17. Total despesas no ano – R\$ 38.239.355,23.  
 510 SALDO FINANCEIRO: 8.135.048,26. DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013.  
 511 Contratação por Tempo Determinado – R\$ 1.089.280,21. Salário Família – R\$ 449,55.  
 512 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – R\$ 9.494.939,81. Obrigações Patronais –  
 513 R\$ 244.541,08. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil – R\$ 626.970,29. Auxílio  
 514 Alimentação – R\$ 633.663,82. Obrigações Patronais – R\$ 1.559.727,71. Rateio pela  
 515 Participação em Consórcio Público – R\$ 76.691,70. Material de Consumo – R\$ 22.926,55.  
 516 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 265,00. Outros Serviços de  
 517 Terceiros – Pessoa Física – R\$ 3.613,74. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica –  
 518 R\$ 12.575,95. Obras e Instalações – R\$ 1.276,95. TOTAL: R\$ 13.766.922,36. RECEITAS  
 519 VINCULADAS – 303 – RESTOS A PAGAR. DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013.  
 520 Auxílio-Transporte – R\$ 17.609,63. Gás Engarrafado – R\$ 1.500,00. Medicamentos para  
 521 Distribuição Gratuita – R\$ 23.924,64. Outros Materiais de Saúde para Distribuição Gratuita –  
 522 Outras Fontes – R\$ 5.108,00. Postos de Saúde – R\$ 73.287,86. Aparelhos e Utensílios  
 523 Domésticos – R\$ 8.347,29. Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos – R\$ 11.026,99.  
 524 TOTAL: R\$ 142.990,17. TAXAS EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA. Execução Financeira  
 525 Orçamentária – FONTE: 510. Receitas acumuladas de Mar/13 – R\$ 15.309,63. Despesas  
 526 pagas de Mar/13 – R\$ 50.122,08. SALDO – R\$ (-34.812,45). Orçamento previsto – R\$  
 527 1.435.000,00. Orçamento executado – R\$ 50.122,08. % de execução até Mar/13 – R\$ 3,49.  
 528 FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$ 1.001.487,79. Receita acumulada até o mês  
 529 anterior – R\$ 10.465,78. Receita no mês – R\$ 4.843,85. Receita Extra – R\$ 0,00. Total da  
 530 Receita ano – R\$ 1.016.797,42. Despesa acumulada até o mês anterior – R\$ 12.684,87.  
 531 Despesa no mês – R\$ 37.437,21. Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$  
 532 40.450,13. Restos a pagar no mês – R\$ 51.719,26. Total Despesa no ano – R\$ 142.291,47.  
 533 SALDO FINANCEIRO: R\$ 874.505,95. Taxas Exercício de Poder de Polícia – 510.  
 534 DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013. Diárias – Pessoal Civil – R\$ 150,00. Material  
 535 de Consumo – R\$ 1.075,00. Passagens e Despesas com Locomoção – R\$ 400,00. Outros  
 536 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 35.812,21. TOTAL: R\$ 37.438,21. RESTOS A  
 537 PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO – MARÇO/2013. Etanol – R\$ 2.506,07. Gasolina –  
 538 R\$ 39.852,01. Diesel – R\$ 9.361,18. TOTAL: R\$ 51.719,26. CENTRO DE REFÊNCIA À  
 539 SAÚDE DO TRABALHADOR – CEREST. Execução Financeira Orçamentária – Fonte – 340.  
 540 Receitas acumuladas de Mar/13 – R\$ 0,00. Despesas pagas de Mar/13 – R\$ 0,00. Saldo –

541 R\$ 0,00. O rendimento financeiro é apropriado na c/c 624.020-7 MAC = R\$ 1.270,67. FLUXO  
 542 FINANCEIRO - Saldo Inicial – R\$ 314.341,49. Receita acumulada até o mês anterior – R\$  
 543 0,00. Receita no mês – R\$ 0,00. Receita extra - R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$  
 544 314.341,49. Despesa paga até o mês anterior - R\$ 0,00. Despesa paga no mês – R\$ 0,00.  
 545 Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 73.716,00. Restos a pagar no mês – R\$  
 546 0,00. Total despesas no ano – R\$ 73.716,00. Saldo Financeiro – R\$ 240.625,49.  
 547 CONVÊNIO 4888/2005 – QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO. Execução Financeira Orçamentária  
 548 – FONTE – 347. Receitas acumuladas de Mar/13 – R\$ 11.138,11. Despesas pagas de  
 549 Mar/13 – R\$ 0,00. SALDO: – R\$ 11.138,11. FLUXO FINANCEIRO - Saldo Inicial - R\$  
 550 690.683,33. Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 7.359,77. Receita no mês – R\$  
 551 3.778,34. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 701.821,47. Despesa paga até  
 552 o mês anterior – R\$ 0,00. Despesa paga no mês – R\$ 0,00. Restos a pagar acumulado até o  
 553 mês anterior – R\$ 0,00. Restos a pagar no mês – R\$ 0,00. Total Despesas no ano – R\$  
 554 0,00. Saldo Financeiro – R\$ 701.821,47. PRÓ-SAÚDE MS LONDRINA – Execução  
 555 Financeira Orçamentária – FONTE – 349. Receitas acumuladas de Mar/13 – R\$ 0,00.  
 556 Despesas pagas de Mar/13 – R\$ 0,00. Saldo – R\$ 0,00. O rendimento financeiro é  
 557 apropriado na c/c 624.018-5 – Gestão R\$ 278,47. FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$  
 558 57.538,69. Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 0,00. Receita no mês – R\$ 0,00.  
 559 Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 57.538,69. Despesa paga até o mês  
 560 anterior – R\$ 0,00. Despesa paga no mês – R\$ 0,00. Restos a pagar acumulado – R\$ 0,00.  
 561 Restos a pagar no mês – R\$ 0,00. Total Despesas no ano – R\$ 0,00. Saldo Financeiro – R\$  
 562 57.538,69. RECURSOS SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE – VALORES MENSAIS.  
 563 Recursos Incorporados no Teto (Via incentivos ou Contratos com Prestadores) do Município.  
 564 DESTINAÇÃO: HOFTALON (ref. Ivaiporã cf. 3ª CIB) – Pactuações c/outras regionais para  
 565 oferta de procedimentos de M.A.C. – R\$ 24.922,62. TOTAL: R\$ 24.922,62. Clín. Psiq. de  
 566 Londrina – Complementação diária internação de adultos e adolescentes – R\$ 126.070,11.  
 567 TOTAL: R\$ 126.070,11. H.E./ H.Z.N./ H.Z.S. – Incentivo para melhoria de qualidade – R\$  
 568 170.000,00. TOTAL: R\$ 170.000,00. CISMENPAR – Incentivo para melhoria de qualidade –  
 569 R\$ 30.000,00. Incremento aos Consórcios de Saúde implement. e manut. da oferta da  
 570 assistência da área de especialidades médicas – R\$ 50.000,00. TOTAL: R\$ 80.000,00.  
 571 TETO MAC DE LONDRINA – Pactuações c/outras regionais para oferta de procedimentos  
 572 de M.A.C. – R\$ 35.046,25. TOTAL: R\$ 35.046,25. Média e Alta Complexidade estadual –  
 573 TOTAL: R\$ 0,00. SAMU – TOTAL: R\$ 0,00. TOTAL: Pactuações c/outras regionais para  
 574 oferta de procedimentos de M.A.C. R\$ 59.968,87. Complementação diária internação de  
 575 adultos e adolescentes – R\$ 126.070,11. Incentivo para melhoria de qualidade – R\$  
 576 200.000,00. Incremento aos Consórcios de Saúde implemente. E manut. da oferta da  
 577 assistência da área de especialidades médicas – R\$ 50.000,00. TOTAL: R\$ 436.038,98.  
 578 INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO EM SAÚDE - MARÇO/13. COM RECURSOS  
 579 ESTADUAIS INCORPORADOS NO TETO MUNICIPAL - FONTE: 001 - Receita  
 580 Orçamentária – R\$ 1.754,63. Receita Extra-Orçamentária – R\$ 320.000,00. TOTAL: R\$  
 581 321.754,63. FONTE: 303 – Receita Orçamentária – R 48.644,51. Receita Extra-  
 582 Orçamentária – R\$ 13.484.985,79. TOTAL: R\$ 13.533.630,30. FONTE: 510 – Receita  
 583 Orçamentária – R\$ 4.843,85. TOTAL: R\$ 4.843,85. TOTAL: Receita Orçamentária – R\$  
 584 55.242,99. Receita Extra-Orçamentária – R\$ 13.804.985,79. TOTAL: R\$ 13.860.228,78.  
 585 RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR ORIGEM: NÍVEL DE GOVERNO:

586 *UNIÃO (MS) – R\$ 18.690.366,97. PERCENTUAL – 56,66%. ESTADO – R\$ 436.038,98.*  
587 *PERCENTUAL – 1,322%. MUNICÍPIO (Londrina) – R\$ 13.860.228,78. PERCENTUAL –*  
588 *42,018%. TOTAL: R\$: 32.986.634,73. – PERCENTUAL: TOTAL: 100,00%”. Sandra Regina*  
589 *finaliza a apresentação de abril. O conselheiro Wagner Aguiar questiona a respeito da*  
590 *redução das horas extras das UBS’s 16 e 24 horas. Sandra Regina responde que o*  
591 *questionamento não tem nada ver com a prestação de contas e a diretoria financeira. A*  
592 *conselheira Maria Osvaldina de Mello Oliveira questiona sobre o fornecimento de remédios*  
593 *através do Paraná-Consórcio. Sandra explica que este questionamento não tem relação*  
594 *com a prestação de contas. Maria Osvaldina diz que era para ter sido entregue em julho e*  
595 *depois mudou para agosto, por isso gostaria de saber. Sandra responde que a licitação*  
596 *destes medicamentos que serão fornecidos pelo consorcio, foi feita, os remédios foram*  
597 *comprados e estão sendo distribuídos nas unidades. O conselheiro Cícero Cipriano Pinto*  
598 *faz uso da palavra e diz que no tocante ao slide 25, como já foi conversado aqui em reuniões*  
599 *anteriores e foram feitos vários questionamentos, inclusive o próprio gestor ficou de dar um*  
600 *posicionamento com relação aquele plano operativo de aplicação deste recurso, e o que a*  
601 *gente pode perceber é que todos os meses, embora tenha gasto R\$ 73 mil reais, ainda*  
602 *continuamos lá com R\$ 240 mil, e o plano operativo a gente sabe que estava comtemplando*  
603 *vários pontos, inclusive nos prontos atendimentos, a questão dos televisores, foram*  
604 *escolhidas algumas unidades, até para que a gente comece a fazer também, um processo*  
605 *de educação também para com os usuários e as pessoas que lá buscam atendimento.*  
606 *Cicero diz que gostaria de saber e mais uma vez reiterar, como que está isso, o processo*  
607 *licitatório andou, quando que realmente este valor vai ser revertido em benefícios para os*  
608 *usuários lá na ponta. Outra questão é com relação ao recurso que está lá na media e alta*  
609 *complexidade, que é referente também a saúde do trabalhador, e gostaria também de saber*  
610 *se existe uma politica, se não existe, se existe um plano de aplicação deste recurso. Uma*  
611 *outra questão também que gostaria de pontuar, dentro desta linha, é com relação a*  
612 *manutenção de veículos, destas notas recentes agora, gostaria de saber quanto que*  
613 *realmente foi investido, quanto foi o valor que foi gasto neste mês, e se a própria comissão*  
614 *do fundo fez esta visita lá na oficina e verificou se o contrato está sendo cumprido ou não, e,*  
615 *se existe um técnico lá, que já fomos aqui também vários questionamentos, a questão da*  
616 *própria Araguaia que vai ser discutida a posterior, que vai ser a titulo de informe, mas*  
617 *também gostaria de saber como está questão de quanto que foi investido nesta questão da*  
618 *manutenção, já que algumas unidades, os carros estão quebrados e estão na oficina.*  
619 **Sandra Regina** responde que com relação ao recurso do Cerest, houve uma licitação de  
620 uma VAN adaptada, sendo que já foi homologado e empenhado, mas não sabe dizer como  
621 está a questão da entrega deste veiculo. O recurso correspondente ao Cerest que está lá na  
622 fonte do MAC, no demonstrativo, lá na fonte ele tem separado o que é da conta do Cerest e  
623 é possível ver o total que tem lá. Com relação à politica e como será aplicado, será preciso  
624 informação do pessoal da área. No tocante as licitações, na questão dos computadores  
625 também, infelizmente a licitação ainda não foi homologada e definida. **Drª Valéria** coloca que  
626 esteve conversando com o servidor Glauco, que relatou que o processo está sendo  
627 finalizado, pois houve um problema com a primeira empresa que ganhou, já que ela não  
628 tinha a documentação, sendo que foi chamada então a 2ª empresa para fase de avaliação e  
629 que também não deu certo, e já se está na 4ª empresa. Já foi feito o pregão, abertos os  
630 ganhadores e agora está na fase de verificação da documentação destas empresas para

631 poder adquirir os equipamentos. **Cícero** diz que com relação a fala da Valéria, gostaria de  
632 ter os documentos relacionados a isso, pois desde o primeiro processo licitatório, desde que  
633 foi aprovado este plano, aí a 1ª empresa, gostaria de mais detalhes, mais informações e  
634 mais dados com relação a tudo isto, porque a gente percebe que infelizmente, o usuário  
635 poderia estar sendo atendido lá e infelizmente, até se sente um tanto quanto que meio  
636 frustrado, porque esteve nesta comissão de elaboração deste plano operativo, não  
637 aprovação deste plano, trouxemos para cá e até agora a gente não teve um resultado  
638 efetivo. O conselheiro **Ildo Ioris** diz que gostaria de informar ao conselheiro Cícero que  
639 antes da votação, será lido o parecer da comissão e também um parecer sobre a reunião  
640 com a procuradoria, corregedoria, controladoria, observatório e gestão pública. **Cícero**  
641 questiona a questão do montante que foi gasto com relação à manutenção de veículos.  
642 **Sandra Regina** diz que isso está no relatório, e questiona se o conselheiro quer isso  
643 somado. **Cícero** diz que gostaria dele somado e cópias das notas também, para que possa  
644 analisar também essas notas, para ver se os erros ainda persistem. **Sandra Regina** passa  
645 para a apresentação das contas referente ao mês de abril: Prestação de Contas referente ao  
646 mês de **ABRIL/2013**, das contas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CNPJ:  
647 11.323.261/0001-69. **ATENÇÃO BÁSICA – Execução Financeira Orçamentária - Fonte**  
648 **495**. Receitas acumuladas até Abr/13 – R\$ 9.081.031,99. Despesas pagas até Abr/13 – R\$  
649 4.551.003,80. **SALDO - R\$ 4.530.028,19**. Orçamento Previsto – R\$ 22.000.000,00.  
650 Orçamento executado – R\$ 4.551.003,80. % de execução até Abr/13 – 20,69. **FLUXO**  
651 **FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$ 7.307.271,04**. Receita Acumulada até o mês anterior –  
652 R\$ 6.595.393,00. Receita no Mês – R\$ 2.485.638,99. Receita extra – R\$ **46,07**. Total da  
653 Receita ano – R\$ 16.388.349,10. Despesa paga acumulada até o mês anterior – R\$  
654 2.403.708,07. Despesa paga no mês – R\$ 2.147.295,73. Restos a pagar acumulado até o  
655 mês anterior – R\$ 1.930.344,42. Restos a pagar no mês – R\$ 6.748.833,39. **Saldo**  
656 **Financeiro – R\$ 9.639.515,71**. **ATENÇÃO BÁSICA – 495 - DESPESA POR ELEMENTO -**  
657 **ABRIL/2013**. Diárias – Pessoal Civil – R\$ 60,00. Passagens e Despesas com Locomoção –  
658 R\$ 554,69. Contratação por Tempo Determinado – R\$ 903.766,67. Obrigações Patronais –  
659 R\$ 316.898,60. Diárias – Pessoal Civil – R\$ 802,00. Material de Consumo – R\$ 120.010,37.  
660 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 262.450,83. Passagens e  
661 Despesas com Locomoção – R\$ 372,00. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física – R\$  
662 2.783,59. 3.3.90.37.00.00 - Locação de Mão-de-Obra – R\$ 288.787,90. Outros Serviços de  
663 Terceiro – Pessoa Jurídica – R\$ 250.809,08. **TOTAL – R\$ 2.147.295,73. Atenção Básica –**  
664 **495 – RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO – ABRIL/2013**. Gasolina – R\$  
665 5.629,22. Gás Engarrafado – R\$ 21.618,46. Gêneros Alimentícios para Copa e Cantina – R\$  
666 22.113,28. Material de Expediente – R\$ 216,55. Material de Limpeza e Produção de  
667 Higienização – R\$ 1.702,40. Material para Manutenção de Bens Móveis – R\$ 489,12.  
668 Material Laboratorial – R\$ 35.051,16. Material Hospitalar – R\$ 23.490,00. Medicamentos  
669 para Distribuição Gratuita – R\$ 30.322,62. Outros Materiais de Distribuição Gratuita \_Saúde  
670 - R\$ 3.911,70. Serviços Técnicos Profissionais – R\$ 674,28. Transporte de Servidores – R\$  
671 9.088,55. Vigilância da Saúde Pública – R\$ 112.328,95. Serviços de Cópias e Reprodução  
672 de Documentos – R\$ 848,88. **TOTAL: 267.485,17. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE –**  
673 **Execução Financeira Orçamentária – FONTE – 496**. Receitas acumuladas até Abr/13 –R\$  
674 58.641.788,07. Despesas pagas até Abr/13 – R\$ 54.819.055,24. **SALDO - R\$ 3.822.732,83**.  
675 Orçamento previsto – R\$ 168.000.000,00. Orçamento executado – R\$ 54.819.055,24. % de

676 execução até Abr/13 – R\$ 32,63. **FLUXO FINANCEIRO:** Saldo Inicial – R\$ 1.118.275,69.  
 677 Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 42.997.624,76. Receita no mês – R\$  
 678 15.644.163,31. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 59.760.063,76. Despesa  
 679 paga acumulada até o mês anterior – R\$ 39.649.043,89. Despesa paga no mês – R\$  
 680 15.170.011,35. Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 690.175,86. Restos a  
 681 pagar no mês – R\$ 6.190,54. Total Despesas no ano – R\$ 55.515.421,64. **Saldo Financeiro**  
 682 **– R\$ 4.244.642,12. – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR**  
 683 **– FONTE: – 496. DESPESA POR ELEMENTO - ABRIL/2013.** Diárias – Pessoal Civil – R\$  
 684 3.302,00. Passagens e Despesas com Locomoção – R\$ 18.912,13. Outros Serviços de  
 685 Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 15.141.581,16. Obrigações Tributárias e Contributivas -  
 686 R\$ 384,06. Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas – R\$ 5.832,00. **TOTAL: R\$**  
 687 **15.170.011,35. RESTOS A PAGAR - DESPESA POR ELEMENTO – ABRIL/2013.**  
 688 Passagens para o País – R\$ 5.733,74. Vale Transporte – R\$ 440,00. Auxílios a Pessoas  
 689 Físicas – Não Vinculadas a Projetos Incentivados – R\$ 16,80. **TOTAL: R\$ 6.190,54.**  
 690 **VIGILÂNCIA EM SAÚDE – Execução Financeira Orçamentária – FONTE 497.** Receitas  
 691 acumuladas até Abr/13 – R\$ 1.535.091,83. Despesas pagas até Abr/13 – R\$ 119.029,69.  
 692 **SALDO – R\$ 1.416.062,14.** Orçamento Previsto – R\$ 4.100.000,00. Orçamento executado –  
 693 R\$ 119.029,69. % de execução até Abr/13 – R\$ 12,90. **FLUXO FINANCEIRO:** Saldo Inicial –  
 694 R\$ 1.612.817,62. Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 1.521.789,81. Receita no mês  
 695 – R\$ 13.302,02. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 3.147.909,45. Despesa  
 696 paga acumulada até o mês anterior – R\$ 68.416,55. Despesa paga no mês – R\$ 50.613,14.  
 697 Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 820.972,03. Restos a pagar no mês – R\$  
 698 8.295,41. Total Despesa no ano – R\$ 948.297,13. **SALDO FINANCEIRO – R\$ 2.199.612,32.**  
 699 **DESPESA POR ELEMENTO – ABRIL/2013.** Diárias – Pessoal Civil – R\$ 1.430,00.  
 700 Passagens e Despesas com Locomoção – R\$ 100,00. Material de Consumo – R\$ 10.214,59.  
 701 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 94,60. Passagens e Despesas com  
 702 Locomoção – R\$ 750,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 38.023,95.  
 703 **TOTAL: 50.613,14. Vigilância em Saúde – 497 – RESTOS A PAGAR – DESPESA POR**  
 704 **ELEMENTO – ABR/2013.** Gasolina – R\$ 771,41. Vale Transporte – R\$ 7.524,00. **TOTAL:**  
 705 **8.295,41. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – Execução Financeira Orçamentária -**  
 706 **FONTE 498.** Receitas acumuladas até Abr/13 – R\$ 766.276,52. Despesas pagas até de  
 707 Abr/13 – R\$ 504.548,30. **SALDO – R\$ 261.728,22.** Orçamento previsto – R\$ 610.000,00.  
 708 Orçamento Executado – R\$ 504.548,30. % de execução até Abr/13 – 82,71. **FLUXO**  
 709 **FINANCEIRO –** Saldo Inicial – R\$ 4.371.553,01. Receita acumulada até o mês anterior – R\$  
 710 745.269,43. Receita no mês – R\$ 21.007,09. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano  
 711 – R\$ 5.137.829,53. Despesa paga acumulada até o mês anterior – R\$ 32.138,89. Despesa  
 712 paga no mês – R\$ 472.409,41. Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$  
 713 1.421.885,61. Restos a pagar no mês – R\$ 1.056,00. Total Despesa no ano – R\$  
 714 1.927.489,91. **SALDO FINANCEIRO – R\$ 3.210.339,62. DESPESA POR ELEMENTO –**  
 715 **ABRIL/2013.** Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 457.627,96. Material  
 716 de Consumo – R\$ 50,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 14.731,45.  
 717 **TOTAL: R\$ 472.409,41. RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO – ABRIL/2013.**  
 718 Medicamentos para Distribuição Gratuita – R\$ 1.056,00. **TOTAL: 1.056,00. GESTÃO DO**  
 719 **SUS – EXECUÇÃO FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA - FONTE 499.** Receita acumulada até  
 720 Abr/13 – R\$ 127.636,90. Despesas pagas até Abr/13 – R\$ 16.934,00. **SALDO: R\$**



721 **110.702,90.** Orçamento Previsto – R\$ 200.000,00. Orçamento executado – R\$ 16.934,00. %  
722 de execução até Abr/13 – R\$ 8,47. **FLUXO FINANCEIRO – Saldo Inicial – R\$ 529.840,87.**  
723 Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 123.685,12. Receita no mês - R\$ 3.951,78.  
724 Receita Extra – R\$ 0,00. Total Receita ano – R\$ 657.477,77. Despesa paga acumulada até o  
725 mês anterior – R\$ 10.746,00. Despesa paga no mês - R\$ 6.188,00. Restos a Pagar  
726 acumulado até o mês anterior - R\$ 19.483,00. Restos a pagar no mês - R\$ 0,00. Total  
727 Despesa no ano - R\$ 36.417,00. **Saldo Financeiro – R\$ 621.060,77. DESPESA POR**  
728 **ELEMENTO – ABRIL/2013.** Diárias – Pessoal Civil – R\$ 1.288,00. Passagens e Despesas  
729 com Locomoção – R\$ 900,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$  
730 4.000,00. **TOTAL: 6.188,00. RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO –**  
731 **ABRIL/2013 – -0-. OBRAS –** Execução Financeira Orçamentária – Ftes. 352/353/356/500.  
732 Receitas acumuladas de Abr/13 – 0 -. Despesas pagas até Abr/13 – 0 -. **SALDO – 0 -.**  
733 Orçamento previsto – R\$ 11.206.000,00. Orçamento executado – R\$ 0,00. % de execução  
734 até Abr/13 – R\$ 0,00. **FLUXO FINANCEIRO –** Saldo Inicial - R\$ 1.420.926,12. Receita  
735 acumulada até o mês anterior - R\$ 82.638,41. Receita no mês – R\$ 6.257,74. Receita Extra  
736 – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 1.509.822,27. Despesa paga acumulada até o mês  
737 anterior – R\$ 42.199,06. Despesa paga no mês – R\$ 0,00. Restos a pagar acumulado até o  
738 mês anterior – R\$ 65.848,79. Restos a pagar no mês – R\$ 0,00. Total Despesas no ano –  
739 R\$ 108.047,85. **Saldo Financeiro – R\$ 1.401.774,42. DESPESA POR ELEMENTO –**  
740 **Abr/2013 – 0 -.** **TOTAL: - 0 -.** **Obras – 353/356/500 – RESTOS A PAGAR. DESPESA POR**  
741 **ELEMENTO – ABRIL/2013. – 0 -.** **SERVIÇOS PRESTADOS –** Execução Financeira  
742 **Orçamentária – FONTE 369.** Receitas acumuladas até Abr/13 – R\$ 3.805.471,55.  
743 Despesas pagas até Abr/13 – R\$ 1.591.764,80. **SALDO – R\$ 2.213.706,75.** Orçamento  
744 previsto – R\$ 10.000.000,00. Orçamento executado – R\$ 1.591.764,80. % de Execução até  
745 Abr/13 – R\$ 15,92. **FLUXO FINANCEIRO –** Saldo Inicial – R\$ 2.232.185,84. Receita  
746 acumulada até o mês anterior – R\$ 2.902.606,46. Receita no mês - R\$ 902.865,09. Receita  
747 extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 6.037.657,39. Despesa paga até o mês anterior –  
748 R\$ 907.926,39. Despesa paga acumulada até o mês anterior – R\$ 1.014.922,84. Despesa  
749 paga no mês – R\$ 576.841,96. Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$  
750 1.300.065,00. Restos a pagar no mês – R\$ 54.450,42. Total Despesas no ano – R\$  
751 2.946.280,22. **SALDO FINANCEIRO – R\$ 3.091.377,17. SERVIÇOS PRESTADOS – 369.**  
752 **DESPESA POR ELEMENTO – ABRIL/2013.** Material de Consumo - R\$ 137.719,20.  
753 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 22.375,60. Outros Serviços de  
754 Terceiros – Pessoa Física – R\$ 6.934,97. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica -  
755 R\$ 409.372,19. Despesas de Exercícios Anteriores – R\$ - 440,00. **TOTAL: 576.841,96.**  
756 **SERVIÇOS PRESTADOS – 369 – RESTOS A PAGAR. DESPESA POR ELEMENTO –**  
757 **ABRIL/2013.** Diesel – R\$ 2.000,18. Gás Engarrafado – R\$ 27.530,47. Material Laboratorial –  
758 R\$ 24.469,77. Fornecimento de Alimentação – R\$ 450,00. **TOTAL: R\$ 54.450,42.**  
759 **RECURSOS DO TESOURO –** Execução Financeira Orçamentária – **FONTE: 001.** Receitas  
760 acumuladas até Abr/13 – R\$ 1.204.292,18. Despesas pagas até Abr/13 – R\$ 1.011.102,81.  
761 **SALDO – R\$ 193.189,37.** Orçamento previsto – R\$ 3.000.000,00. Orçamento executado –  
762 R\$ 1.011.102,81. % de execução até Abr/13 – R\$ 33,70. **FLUXO FINANCEIRO:** Saldo Inicial  
763 – R\$ 14.350,55. Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 3.580,00. Receita no mês – R\$  
764 712,18. Receita extra acumulada até o mês anterior – R\$ 920.000,00. Receita extra no mês  
765 – R\$ 280.000,00. Total da Receita ano – R\$ 1.218.642,73. Despesa acumulada até o mês

766 anterior – R\$ 764.743,68. Despesa no mês – R\$ 246.359,13. Restos a pagar acumulado até  
767 o mês anterior – R\$ 13.401,00. Restos a pagar no mês – R\$ 0,00. Total Despesas no ano –  
768 R\$ 1.024.503,81. **SALDO FINANCEIRO – R\$ 194.138,92. DESPESA POR ELEMENTO –**  
769 **ABRIL/2013.** Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - R\$ 187.558,61. Outras  
770 Despesas Variáveis – Pessoal Civil – R\$ 14.912,88. Auxílio-Alimentação - R\$ 5.176,09.  
771 Obrigações Patronais – R\$ 37.567,36. Sentenças Judiciais – R\$ 1.144,19. **TOTAL: R\$**  
772 **246.359,13. DESPESA POR ELEMENTO – RESTOS A PAGAR – ABRIL/2013 – 0 -**  
773 **TOTAL: R\$ -0 -. RECEITAS VINCULADAS – Execução Financeira Orçamentária –**  
774 **FONTE – 303.** Receitas acumuladas até Abr/13 – R\$ 54.428.125,11. Despesas pagas até  
775 Abr/13 – R\$ 50.242.085,07. **SALDO – R\$ 4.186.040,04.** Orçamento Previsto – R\$  
776 169.880.000,00. Orçamento Executado – R\$ 50.242.085,07. % de Execução até Abr/13 –  
777 29,75. **FLUXO FINANCEIRO:** Saldo Inicial – R\$ 4.404.083,50. Receita acumulada até o mês  
778 anterior – R\$ 109.963,13. Receita no mês – R\$ 47.833,53. Receita extra acumulada até o  
779 mês anterior – R\$ 41.950.356,86. Receita extra no mês – R\$ 12.320.012,45. Total da  
780 Receita ano – R\$ 58.832.249,47. Despesa acumulada até o mês anterior – R\$  
781 37.693.882,60. Despesa no mês – R\$ 12.548.202,47. Restos a pagar acumulado até o mês  
782 anterior – R\$ 635.472,63. Restos a pagar no mês – R\$ 3.858,15. Total despesas no ano –  
783 R\$ 50.881.415,85. **SALDO FINANCEIRO: 7.950.833,62. DESPESA POR ELEMENTO –**  
784 **ABRIL/2013.** Contratação por Tempo Determinado – R\$ 383.326,66. Salário Família – R\$  
785 507,65. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – R\$ 8.771.482,72. Obrigações  
786 Patronais – R\$ 5.971,07. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil – R\$ 782.556,78.  
787 Auxílio Alimentação – R\$ 600.861,57. Auxílio Transporte – R\$ 11.065,81. Ressarcimento de  
788 Despesas de Pessoal Requisitado – R\$ 24.452,90. Obrigações Patronais – R\$ 1.690.364,19.  
789 Material de Consumo – R\$ 8.890,13. Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita –  
790 R\$ 68.125,20. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – R\$ 3.986,64. Outros Serviços  
791 de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 194.911,15. Equipamentos e Material Permanente – R\$  
792 1.700,00. **TOTAL: R\$12.548,47. RECEITAS VINCULADAS – 303 – RESTOS A PAGAR.**  
793 **DESPESA POR ELEMENTO – ABRIL/2013.** Material de Distribuição Gratuita Destinado a  
794 Assistência Social – R\$ 445,78. Medicamentos para Distribuição Gratuita – R\$  
795 241,57. Outros Materiais de Saúde para Distribuição Gratuita-Outras Fontes – R\$ 2.321,90.  
796 Aparelhos e Utensílios Domésticos – R\$ 848,90. **TOTAL: R\$ 3.858,15. TAXAS EXERCÍCIO**  
797 **PODER DE POLÍCIA. Execução Financeira Orçamentária – FONTE: 510.** Receitas  
798 acumuladas de Abr/13 – R\$ 20.353,75. Despesas pagas de Abr/13 – R\$ 81.449,17. **SALDO**  
799 **R\$ -61.095,42.** Orçamento previsto – R\$ 1.435.000,00. Orçamento executado – R\$  
800 81.449,17. % de execução até Abr/13 – R\$ 5,68. **FLUXO FINANCEIRO:** Saldo Inicial – R\$  
801 1.001.487,79. Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 15.309,63. Receita no mês – R\$  
802 5.044,12. Receita Extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 1.021.841,54. Despesa  
803 acumulada até o mês anterior – R\$ 50.122,08. Despesa no mês – R\$ 31.327,09. Restos a  
804 pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 92.169,39. Restos a pagar no mês – R\$  
805 10.065,01. Total Despesa no ano – R\$ 183.683,57. **SALDO FINANCEIRO: R\$ 838.157,97.**  
806 **Taxas Exercício de Poder de Polícia – 510. DESPESA POR ELEMENTO – ABRIL/2013.**  
807 Material de Consumo – R\$ 652,16. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$  
808 30.674,93. **TOTAL: R\$ 31.327,09. RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO –**  
809 **ABRIL/2013.** Etanol – R\$ 1.256,41. Gasolina – R\$ 7.178,43. Diesel – R\$ 1.630,17. **TOTAL:**  
810 **R\$ 10.065,01. CENTRO DE REFÊNCIA À SAÚDE DO TRABALHADOR – CEREST.**

811 Execução Financeira Orçamentária – **Fonte – 340.** Receitas acumuladas de Abr/13 – R\$  
812 0,00. Despesas pagas de Abr/13 – R\$ 0,00. **Saldo – R\$ 0,00.** O rendimento financeiro é  
813 apropriado na c/c 624.020-7 **MAC = R\$ 1.418,95. FLUXO FINANCEIRO** - Saldo Inicial – R\$  
814 314.341,49. Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 0,00. Receita no mês – R\$ 0,00.  
815 Receita extra - R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 314.341,49. Despesa paga até o mês  
816 anterior - R\$ 0,00. Despesa paga no mês – R\$ 0,00. Restos a pagar acumulado até o mês  
817 anterior – R\$ 73.716,00. Restos a pagar no mês – R\$ 0,00. Total despesas no ano – R\$  
818 73.716,00. **Saldo Financeiro – R\$ 240.625,49. CONVÊNIO 4888/2005 – QUALIFICAÇÃO**  
819 **DA GESTÃO.** Execução Financeira Orçamentária – **FONTE – 347.** Receitas acumuladas de  
820 Abr/13 – R\$ 15.378,72. Despesas pagas de Abr/13 – R\$ 0,00. **SALDO: – R\$ 11.138,11.**  
821 **FLUXO FINANCEIRO** - Saldo Inicial - R\$ 690.683,33. Receita acumulada até o mês anterior  
822 – R\$ 11.138,11. Receita no mês – R\$ 4.240,61. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita  
823 ano – R\$ 706.062,05. Despesa paga até o mês anterior – R\$ 0,00. Despesa paga no mês –  
824 R\$ 0,00. Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 0,00. Restos a pagar no mês –  
825 R\$ 0,00. Total Despesas no ano – R\$ 0,00. **Saldo Financeiro – R\$ 706.062,05. PRÓ-**  
826 **SAÚDE MS LONDRINA** – Execução Financeira Orçamentária – **FONTE – 349.** Receitas  
827 acumuladas de Abr/13 – R\$ 0,00. Despesas pagas de Abr/13 – R\$ 0,00. **Saldo – R\$ 0,00.** O  
828 rendimento financeiro é apropriado na c/c 624.018-5 – Gestão R\$ 306,49. **FLUXO**  
829 **FINANCEIRO:** Saldo Inicial – R\$ 57.538,69. Receita acumulada até o mês anterior – R\$  
830 0,00. Receita no mês – R\$ 0,00. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$  
831 57.538,69. Despesa paga até o mês anterior – R\$ 0,00. Despesa paga no mês – R\$ 0,00.  
832 Restos a pagar acumulado – R\$ 0,00. Restos a pagar no mês – R\$ 0,00. Total Despesas no  
833 ano – R\$ 0,00. **Saldo Financeiro – R\$ 57.538,69. RECURSOS SECRETARIA ESTADUAL**  
834 **DA SAÚDE – VALORES MENSAIS – ABRIL/2013. Recursos Incorporados no Teto (Via**  
835 **incentivos ou Contratos com Prestadores) do Município. DESTINAÇÃO: HOFTALON**  
836 (ref. Ivaiporã cf. 3ª CIB) – Pactuações c/outras regionais para oferta de procedimentos de  
837 M.A.C. – R\$ 24.922,62. **TOTAL: R\$ 24.922,62.** Clín. Psiq. de Londrina – Complementação  
838 diária internação de adultos e adolescentes – R\$ 126.070,11. **TOTAL: R\$ 126.070,11.** H.E./  
839 H.Z.N./ H.Z.S. – Incentivo para melhoria de qualidade – R\$ 170.000,00. **TOTAL: R\$**  
840 **170.000,00.** CISMENPAR – Incentivo para melhoria de qualidade – R\$ 30.000,00. Incremento  
841 aos Consórcios de Saúde implement. e manut. da oferta da assistência da área de  
842 especialidades médicas – R\$ 50.000,00. **TOTAL: R\$ 80.000,00.** TETO MAC DE LONDRINA  
843 – Pactuações c/outras regionais para oferta de procedimentos de M.A.C. – R\$ 35.046,25.  
844 **TOTAL: R\$ 35.046,25. Média e Alta Complexidade estadual – TOTAL: R\$ 202.812,50.**  
845 **SAMU – TOTAL: R\$ 0514.310,00. TOTAL:** Pactuações c/outras regionais para oferta de  
846 procedimentos de M.A.C. **R\$ 59.968,87.** Complementação diária internação de adultos e  
847 adolescentes – **R\$ 126.070,11.** Incentivo para melhoria de qualidade – **R\$ 200.000,00.**  
848 Incremento aos Consórcios de Saúde implemente. E manut. da oferta da assistência da área  
849 de especialidades médicas – **R\$ 50.000,00. TOTAL: R\$ 1.153.161,48. INVESTIMENTOS**  
850 **DO MUNICÍPIO EM SAÚDE - ABRIL/13. COM RECURSOS ESTADUAIS**  
851 **INCORPORADOS NO TETO MUNICIPAL -** FONTE: 001 - Receita Orçamentária – R\$  
852 712,18. Receita Extra-Orçamentária – R\$ 280.000,00. **TOTAL: R\$ 280.712,18.** FONTE: 303  
853 – Receita Orçamentária – R 47.833,53. Receita Extra-Orçamentária – R\$ 12.319,971,59.  
854 **TOTAL: R\$ 12.367.805,12.** FONTE: 510 – Receita Orçamentária – R\$ 0,00. Receita Extra-  
855 Orçamentária – R\$ 5.044,12. **TOTAL: R\$ 5.044,12. TOTAL: Receita Orçamentária – R\$**

856 **48.545,71. Receita Extra-Orçamentária – R\$ 12.605.015,71. TOTAL: R\$ 12.653.561,42.**  
857 **RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR ORIGEM: NÍVEL DE GOVERNO:**  
858 **UNIÃO (MS) – R\$ 17.981.860,23. PERCENTUAL – 56,567%. ESTADO – R\$ 1.153.161,48.**  
859 **PERCENTUAL – 3,628%. MUNICÍPIO (Londrina) – R\$ 12.653.561,42. PERCENTUAL –**  
860 **39,805%. TOTAL: R\$: 32.986.634,73. – PERCENTUAL: TOTAL: 100,00%. Sandra** finaliza  
861 a apresentação. A conselheira **Júlia Miyamoto** questiona o que é taxa de exercício de poder  
862 de polícia. **Sandra** responde que é a fiscalização exercida pela Vigilância Sanitária. A  
863 secretária **Sandra Bavia** faz a leitura da ata da reunião da comissão do fundo: “ATA DA  
864 REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS CONTAS DO  
865 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e treze, às  
866 quatorze horas, reuniu-se nas dependências da Prefeitura do Município de Londrina,  
867 Avenida Duque de Caxias, 635 os membros da Comissão encarregada de acompanhar e  
868 fiscalizar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde através do relatório  
869 Administrativo-financeiro referente ao mês de março e Abril/2013. Estiveram presentes os  
870 seguintes membros do Conselho Municipal de Saúde: Paulo Fernando Moraes Nicolau, Natal  
871 de Oliveira, Wagner Aguiar Almeida, Ildo Ioris e Margarida de Fatima Fernandes Carvalho e  
872 os seguintes representantes do Fundo Municipal de Saúde: Sandra Regina dos Santos  
873 Silva-coordenadora do Fundo Municipal De Saúde, Silvana P. Tonelli - Tesoureira do Fundo  
874 Municipal de Saúde, Rafael Augusto Casaroto – Secretário do Fundo Municipal de Saúde.  
875 Estiveram presente também os seguintes diretores e gerentes: Carlos Felipe Marcondes  
876 Machado-Gerencia de Redes (DRAS); Maria Terezinha Punhagui de Carvalho- Diretoria de  
877 Logística e Manutenção em Saúde; Angela G.Lima-Diretora de Serviços complementares em  
878 Saúde; A reunião foi iniciada com uma questionamento do conselheiro Ildo a respeito do  
879 saldo da pagina 02; Silvana responde que se refere a abertura do saldo das contas bancárias  
880 do exercício e não do saldo mês anterior; Ildo sugere alteração no nome do relatório. Na  
881 pagina 04, Wagner questiona gastos com pneus; Silvana confirmou gastos, justificado pelo  
882 tamanho da frota da Autarquia Municipal de Saúde. Ainda na pagina 04, conselheiro Ildo  
883 questiona pagamento ao Fundo Municipal de Saúde; Silvana respondeu que foi com folha de  
884 pagamento com ACS's, NASF, e Programa Saúde da Família .Ainda na pagina 04,  
885 conselheiro Natal questiona sobre pagamento de Sobre o pagamento de IRACEMA FELIPE  
886 DE SOUZA GROSSE +65; Sandra responde que trata-se do aluguel da UBS Centro e que o  
887 “+65” refere-se a idade da proprietária do imóvel; Na pagina 05, conselheiro Ildo questiona  
888 pagamento para UNOPAR; Silvana respondeu se tratar de atendimento odontológico. Ainda  
889 na pagina 05, houve questionamentos sobre os pagamentos de manutenção de veículos da  
890 empresa DIESELETRÔ PARTS SERVIÇOS LTDA ME; os conselheiros chegaram a  
891 conclusão de que discutirão na reunião de sexta-feira (16/08/2013) com a procuradoria; Na  
892 mesma pagina 05, conselheiro Wagner questiona qual serviço TRANDREGS AMBIENTAL  
893 LTDA; Silvana responde que esta empresa presta serviço de limpeza e esgotamentos de  
894 fossas e que algumas UBS's ainda tem fossa sépticas; Na pagina 07, conselheiro Ildo  
895 questiona sobre prestador RUANA COMERCIAL LTDA; Rafael responde que é fornecimento  
896 de materiais descartáveis e utensílios e caixas térmicas e pallets para as UBS's os  
897 pagamentos foram apresentados aos conselheiros; ainda na pagina 07, Wagner questiona  
898 sobre a falta de materiais na UBS, Terezinha responde que o único material em falta é a  
899 água sanitária e que a diretoria já tomou providencia necessária; Na pagina 07, conselheiro  
900 Wagner questiona sobre prestador FARMACIA SENADOR LTDA; Sandra explica que se

901 trata de compra de medicamentos através de mandados judiciais; na pagina 09, conselheiro  
902 Ildo questiona sobre limite financeiro MAC, se é receita mensal; Sandra diz sim e que é  
903 equivalente ao teto mensal do município e que o valor é em torno de R\$ 13.000.000,00 e que  
904 a diferença são descontados de empréstimos feitos pelos prestadores; na pagina 34,  
905 conselheiro Ildo questiona pagamentos para Claudio Massami Missaka; Sandra responde  
906 que se trata de fornecimento alimentação para CAPS e Maternidade Municipal de Saúde;  
907 Conselheiro Paulo questiona se existe uma média mensal para aquisição de medicamentos  
908 para distribuição gratuita de diversas fontes das paginas 04,07 e 23; Sandra responde que  
909 não há como fazer o levantamento no momento e que na audiência publica é apresentado  
910 detalhadamente; na pagina 44, conselheiro Ildo questiona pagamento a ASSOCIAÇÃO  
911 PROMOCIONAL LONDRINA VIVA, no valor de R\$ 12.000,00; Sandra responde que é  
912 referente ao contrato de acolhimento de usuários craque e outras drogas; A partir de agora  
913 inicia-se os questionamentos do mês de ABRIL/2013; Na pagina 05, Ildo questiona dois  
914 pagamentos de outros materiais de distribuição gratuita da empresa NUTROSUL BRASIL  
915 IMPORTAÇÃO E LOGISTICA LTDA; foi apresentado pagamentos referente a formula infantil  
916 que Ângela esclarece se tratar de fornecimentos para crianças inseridas no programa de  
917 atenção as crianças portadoras de alergia a proteína do leite de vaca (POLICLINICA), ainda  
918 nesta pagina Margarida questiona pagamentos para SHEID E CASTRO DISTRIBUIDORA  
919 DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, foi apresentado pagamento de formula infantil a  
920 base de peptídeos, Sandra salienta que se trata ainda do programa de atenção as crianças  
921 portadoras de alergia a proteína do leite de vaca (POLICLINICA), Na pagina 06, conselheira  
922 Margarida questiona CENTRO DE EXCELENCIA E TRATAMENTO ESPEC P; Sandra  
923 responde que se refere-se a entidade "GETEXCEL" que trata de atendimento odontológico  
924 para pessoas com necessidades especiais; Na pagina 08, Margarida questiona pagamentos  
925 da BREMATUR PASSAGENS E TURISMO LTDA; Sandra esclarece se tratar da compra de  
926 passagens aéreas e rodoviárias para pacientes e servidores. Na pagina 22, Ildo questiona  
927 pagamentos para CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS LTDA, no valor de R\$ 60.000,00; Foi  
928 apresentado empenho de compra de 500.000(quinientos mil) comprimidos de cloridrato de  
929 amitriptilina 25mg. Pagina 28, conselheiro Natal questiona devolução da obra de reforma Vila  
930 Brasil. Silvana esclarece que esta unidade está com a prestação de contas encerrada, e que  
931 o relatório importa saldo do ano anterior. Na pagina 31, Margarida questiona pagamento feito  
932 para Santa Casa; Silvana esclarece ser pagamento de plantões de especialidades em  
933 urgência e emergência realizados, pago conforme decisão judicial; Na pagina 40,  
934 conselheiro Natal questiona como estão vindo as notas fiscais de DIESELETRÔ PARTS E  
935 SERVIÇOS LTDA, se estão vindo com formulas da antiga ARAGUAIA TURBO DIESEL, e  
936 simplesmente batido carimbo da nova razão social; Silvana explica que a NF's são  
937 eletrônicas e não por formulários. Na pagina 36, Silvana esclarece questões sobre as  
938 diversas contas bancárias da fonte 303, sendo conta 196- folha de pagamento, conta 200-  
939 usada para pagamento de outros fornecedores empenhados nessa fonte; 199 e 245- refere  
940 a contra partida de programas (valor per capta) e a conta 29110, do Banco do Brasil onde  
941 são recebidos do governo os valores referente a emenda 29 (ICMS, FPM, IPI); Com exceção  
942 do conselheiro Natal, a comissão do FMS é de parecer favorável a aprovação de contas dos  
943 meses de março e abril, com as informações constantes nesta ata. Não estiveram presentes  
944 na reunião as seguintes conselheiras: Lázara Regina Rezende, Janaina Mazzer Salinet,  
945 Marcia Zambrim mediante justificativas. Londrina, treze de agosto de 2013". **Sandra Bavia**

946 encerra a leitura. **Dr<sup>a</sup> Valéria Cristina** faz uso da palavra e diz que na reunião da comissão  
947 do fundo, surgiu a intenção de discutir sobre o assunto da Diesel Eletro. Foi conversado e  
948 chegou a um acordo de que a gente falaria sobre isso numa reunião que já esta  
949 previamente agendada para o dia 13 de agosto, a qual ocorreu e contou com a participação  
950 dos conselheiros Ildo, Natal, Cícero e Eliel, duas pessoas do Observatório, a procuradora, o  
951 corregedor, o controlador e o secretário e Gestão, onde foi discutido o assunto dos  
952 encaminhamentos que estavam sendo feitos depois da participação deles na reunião do  
953 CMS de março, e que eles tinham proposto retornar com uma resposta em 90 dias, sendo  
954 que isso não havia acontecido. Eles foram chamados para esta reunião, e a gente ainda não  
955 tinha muita documentação clara do que estava sendo feito. De acordo com os  
956 encaminhamentos na referida reunião foi solicitado, através de ofício do Gabinete, copia do  
957 relatório da auditoria, nº 07/2010 e 56/2012, que foram os relatórios da controladoria. Foi  
958 solicitado ainda, através de ofício do gabinete, cópia dos procedimentos instaurados pela  
959 Corregedoria para apurar irregularidades. Solicitado ainda a Secretaria de Gestão Pública,  
960 uma cópia dos contratos da Araguaia e Diesel Eletro, cópia do relatório dos processos  
961 administrativos ocorridos durante a vigência destes contratos, pois quando a controladoria  
962 fez seu relatório, ela encaminhou para a gestão, no sentido de que ela se manifestasse e  
963 fizesse uma investigação administrativa na execução dos contratos supracitados, logo, foi  
964 pedido uma copia deste relatório que a gestão também tem. Foi solicitado copia das tabelas,  
965 que eles ficara, de encaminhar ao CMS e não encaminharam, e se as duas empresas tem  
966 CNPJ distintos, mas, mediante a análise dos contratos, elas possuem CNPJ diferentes,  
967 inclusive quem quiser uma copia do contrato é só procurar o gabinete, e, não foi feito copia  
968 de tudo, porque eles disseram que já haviam disponibilizado muita coisa aos conselheiros na  
969 reunião de março. O relatório da gestão, referente a este processo administrativo gerado  
970 com esse relatório da controladoria, ainda não foi entregue e está sendo providenciado. A  
971 controladoria também deixou documentado que está sendo feito uma auditoria expandida,  
972 porque ela tinha feito só de um período pequeno, e até por conta de um pedido do Ministério  
973 Público, está sendo feita uma auditoria desde 2008 para frente, de todo este contrato. Ainda  
974 foi solicitado ao RH da saúde, a criação de vaga para mecânico, pois hoje há o cargo mais  
975 não existe mecânico na SMS para que ele possa ser um técnico habilitado para ajudar a  
976 fiscalizar os contratos, e foi, solicitado ainda, informações sobre encaminhamento do termo  
977 de referencia para nova contratação de outra empresa, já que está acaba em dezembro,  
978 pois temos de elaborar um termo de referencia que vai impedir qualquer suspeita de atitudes  
979 irregulares, ou seja, é preciso fazer um termo de referencia bem qualificado, para não cair no  
980 mesmo erro e ter dúvidas na execução do contrato. Este termo está sendo feito pela gestão,  
981 mas, a SMS não está deixando só para a gestão fazer, porque também usa este contrato e  
982 precisa acompanhar o processo. **Valeria** diz que os 2 relatórios da controladoria estão a  
983 disposição do CMS, o relatório da corregedoria apurou se havia acontecido algum ato de  
984 ilicitude por parte dos servidores, e a única coisa que foi verificado, é que eles assinaram a  
985 autorização de plotagem e isso não constava no contrato, e, diante desta autorização, eles  
986 responderam por isso e já foi dado causa a este assunto. **Valeria** diz que toda  
987 documentação tem mais de 300 páginas, e está à disposição dos conselheiros. O marcos,  
988 assessor jurídico do gabinete, está com toda esta documentação e já há uma reunião desta  
989 comissão agendada para o dia 29, onde será estudado este relatório da SMGP sobre a  
990 empresa Araguaia, para ver se ela foi considerada inidônea, porque na época, a

991 controladoria pediu para suspender este contrato e a resposta da gestão foi que quando foi  
992 suspender o contrato já havia acabado, porém, o contrato já havia acabado porque eles  
993 suspenderam com essa suspeita ou porque o contrato acabou no tempo, ou seja, isso é algo  
994 que precisa ainda de resposta e já foi pedido e está se aguardando. Outra questão era a de  
995 que o formulário da empresa nova é o mesmo da anterior, mas já foi perguntado e  
996 juridicamente não há impedimento, então temos de buscar se houve algum ato inidôneo da  
997 outra, e se teve é preciso provar que é a mesma, e esse percurso vai ter de ser construído  
998 junto para ir cercando, construindo junto com a comissão e sempre fazendo reuniões  
999 regulares até resolver esta situação. A conselheira **Júlia Miyamoto** parabeniza o trabalho da  
1000 comissão e diz que se sente mais segura para aprovar as contas. **Miyamoto** questiona  
1001 sobre a necessidade do serviço odontológico prestado pela UNOPAR. **Sandra Regina**  
1002 explica que é um serviço credenciado e avaliado pela DRAS. O conselheiro **Cícero Cipriano**  
1003 **Pinto** explica que se um paciente é atendido pelo CEO e precisa de raio-X, ele é  
1004 encaminhado para a UNOPAR para fazer, sendo que este serviço normalmente é cobrado. A  
1005 conselheira **Isaltina Pires Cardoso** questiona a respeito do item GAS-ENGARRAFADO e  
1006 onde ele é gasto. **Sandra Regina** responde que é referente ao oxigênio fornecido para  
1007 pacientes de PSF. **Valeria** explica que são pacientes que tem doença pulmonar e que o ar  
1008 ambiente não é suficiente, sendo que além do PSF, há pacientes da ID, Maternidade e  
1009 prontos socorros. O conselheiro **Cícero** solicita que na próxima reunião, seja apresentada  
1010 uma estimativa dos últimos três meses e quais são estes pacientes atendidos pela  
1011 internação domiciliar, o número. **Sandra Regina** questiona se o conselheiro quer somente o  
1012 número e não os nomes. **Cícero** diz que é somente o número, só para que se possa ter mais  
1013 ou menos uma ideia de quantos pacientes hoje são atendidos pela Internação Domiciliar, e o  
1014 quanto é gasto de oxigênio, para poder ter esses dados. A servidora **Ângela Gruener** coloca  
1015 que isso já foi encaminhado 2 vezes para a comissão, lembrando a relação dos pacientes e  
1016 do quantitativo prescrito por paciente pelo medico, e o número hoje é de 35 pacientes pela  
1017 Internação Domiciliar e 5 pela Atenção Primária. **Cícero** pergunta se existe algum prejuízo  
1018 em se estar encaminhando isso na próxima reunião. O conselheiro **Aylton Paulus Junior**  
1019 questiona qual o percentual atual do município a questão da EC/29, inclusive se isto não  
1020 estiver pronto, que seja inserido no relatório. **Sandra Regina** responde que já solicitou a  
1021 contadora a verificação, para que se possa trazer referente ao 1º quadrimestre, mas a SMS  
1022 esta com uma dificuldade por conta do novo sistema contábil que foi implantado e que ainda  
1023 não está completo, inclusive isso já foi questionado junto à empresa, logo, não está sendo  
1024 possível alimentar o SLOPS e por isso não está sendo possível apresentar o percentual  
1025 investido. **Aylton** diz que uma das principais missões dos conselhos é fiscalizar o  
1026 cumprimento da lei 141 na integra, inclusive do que é despesa com saúde ou não. Aylton diz  
1027 que ficou triste na reunião passada, durante a aprovação do PPA, pois recebeu a informação  
1028 de que a gestão havia fixado, para a construção do valor do PPA, o referencial de 15%,  
1029 inclusive gostaria de rever sua posição da reunião passada, para que seja aplicado em  
1030 saúde no mínimo igual ao ano anterior, pois não se pode tirar dinheiro da saúde, se, se for  
1031 15%, vamos perder pelo menos 10%, pois o percentual deve ser aumentado e não  
1032 diminuído. Aylton diz que igualmente triste, é o fato de que não contem no PPA, uma  
1033 previsão de recuperação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com os  
1034 prestadores, e isso continua. Não pode fazer uma avaliação mais detalhada, no entanto, na  
1035 conta MAC, está entendendo que está equilibrado, pois não esta vindo dinheiro algum do

1036 município, sendo que estas coisas que o CMS tem de saber para poder ajudar a  
1037 administração, e se for o caso “bater panela” lá no ministério e pedir recurso, pois os  
1038 hospitais estão produzindo mais do que gastam, seus custos são recentes, não há dinheiro  
1039 para investimentos e de repente os hospitais começam a sucatear, e isso é muito triste.  
1040 **Aylton** pede para que seja incluído no relatório um demonstrativo que a lei está sendo  
1041 aplicada. **Sandra Regina** diz que irá verificar se é possível mês a mês essa demonstração.  
1042 **Sandra** diz que corrobora com a preocupação do conselheiro, pois algumas despesas que a  
1043 SMS está sendo forçada a fazer por demanda judicial, não são aplicações em saúde, como,  
1044 por exemplo, fornecimento frauda geriátricas. Na reunião extraordinária para discutir o PMS,  
1045 será apresentado o valor que foi aplicado no 1º quadrimestre e avaliar o quanto está previsto  
1046 para 2014, sendo que no ano de 2012 o município aplicou 21,43%, o problema é que a  
1047 arrecadação do município está baixa e isso está dificultando, pois realmente é preciso mais  
1048 investimento do governo federal em saúde. **Aylton** questiona como funciona o auxílio para  
1049 pessoas físicas não vinculadas a projetos. **Sandra Regina** explica que é um recurso  
1050 destinado a TFD-Tratamento Fora do Domicílio, onde é fornecido passagem e uma pequena  
1051 ajuda de custo para alimentação. **Aylton** questiona se o serviço social está presente na  
1052 análise destes pacientes, pois isso é que dá legitimidade a este tipo de despesa. **Sandra**  
1053 **Regina** diz que o serviço social da SMS e a DRAS fazem esta avaliação. A conselheira  
1054 **Maria Osvaldina Mello** pergunta se aquela comissão daquele secretário compareceu na  
1055 reunião. **Drª Valéria Cristina** responde que o próprio secretário de Gestão participou. O  
1056 conselheiro **ElieI Joaquim dos Santos** coloca que deve ficar claro que a reunião com o  
1057 controlador, procurador, corregedor e SMGP, iria ser feita neste pleno, pois foi pedido em  
1058 plenário inclusive, e aí a reunião foi feita na executiva, e dentro da executiva foi feito uma  
1059 proposta para ampliar a comissão, e participou a comissão executiva, comissão do fundo e  
1060 alguns conselheiros que quiseram participar, e que hoje dia 21/08/13, o prefeito tinha um  
1061 agenda com este conselho e infelizmente foi cancelado, e prometeu que virá numa próxima  
1062 reunião. **Drª Valéria Cristina** explica que o prefeito precisou viajar e não está em Londrina,  
1063 ele inclusive perguntou se seria possível mudar a data da reunião. O conselheiro **ElieI**  
1064 **Joaquim dos Santos** coloca que havia dito no conselho que não iria votar mais a prestação  
1065 de contas, e não irá mais se sentar como o corregedor e controlador para discutir esta  
1066 questão de Araguaia, pois isso não está avançando, e há dois setores que podem estar  
1067 sentando e definindo está questão: a procuradoria e a SMGP, juntamente com a comissão  
1068 ampliada, pois está questão já extrapolou todos os limites. O conselheiro **Ildo Ioris** informa  
1069 que a reunião será no dia 29, às 14 horas, no gabinete da SMS, e todos os conselheiros  
1070 estão convidados a participar. **Ioris** diz que o que foi falado na reunião é que está se  
1071 estendendo, é levantado algum problema que o funcionário foi conivente ou o funcionário  
1072 teve um erro, e aí é punido o funcionário, mas o que foi ressaltado é que a empresa lá, no  
1073 fundo não teve e não está tendo sanção nenhuma, então, o que estamos pensando é se  
1074 nessa reunião do dia 29 não tiver uma posição bem clara, temos de chamar o GAECO ou  
1075 alguém que tome realmente alguma posição com a empresa, que se esse recurso foi  
1076 desviado retorne aos cofres públicos e retorne a saúde, e a posição é esta, não dá mais para  
1077 ficarmos protelando. Está tendo, pela SMS, boa vontade para nos ajudar nisso, por isso,  
1078 gostaria de conclamar os conselheiros a participarem desta comissão, para que se possa  
1079 realmente definir lá, e se não houve uma resultado convincente, chamar o GAECO,  
1080 promotor, ou a quem de direito, para fazer realmente uma investigação policial se for o caso.



1081 O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** faz uso da palavra e diz que mais uma vez vai  
1082 parabenizar o Sr. Natal, que foi uma das pessoas que iniciou todo este processo com  
1083 relação à questão deste levantamento de verificação de notas, por isso, gostaria de  
1084 parabenizar o Sr. Natal pelo brilhante trabalho que foi feito, sendo que muitas vezes dentro  
1085 do conselho, foram chamados de irresponsáveis, de inconsequentes, de muitas vezes não  
1086 saberem o que estavam fazendo, e até hoje, infelizmente, o gestor peca por não ter o  
1087 número real dos valores que foram motivos do tal desequilíbrio ou indícios de irregularidade.  
1088 É muito triste para nós, enquanto controle social, enquanto usuário, que muitas vezes  
1089 percorremos as UBS's e falta o básico, e aí, faltando o básico enquanto muitos, a miúde,  
1090 desviam ou utilizam de indícios de irregularidade para estar enriquecendo. **Cícero** continua e  
1091 diz que vai reiterar sua fala na comissão: de nada adianta resgatarmos tudo lá atrás, sendo  
1092 que o gestor não tem o número real de quanto foi estes pagamentos, seja lá com  
1093 duplicidade, com triplicidade ou faltou um pouco mais de cuidado com relação a esta  
1094 aplicação de recursos, e não está aqui para julgar, e enquanto quase ex-mecânico, não  
1095 entende nada de saúde, que foi a fala inclusive do rapaz do planejamento, que falou na  
1096 questão do ex-mecânico, e aí temos de avançar na discussão. De nada adianta resgatarmos  
1097 lá com relação à questão dos valores também, sendo que continuam os erros. Nós não  
1098 temos, salvo engano, um técnico qualificado. **Cícero** que questionam que já acabaram seus  
1099 3 minutos para fala e lhe estão apontando o relógio, sendo que o povo fala mais de 5  
1100 minutos e quando a fala é sua já lhe apontam o relógio. **Cícero** continua e diz que, salvo  
1101 engano, não temos um técnico aqui também, responsável para analisar os orçamentos,  
1102 diário de bordo de veículos, e ainda continua insistindo no mesmo erro, por isso até solicitou  
1103 a questão das notas e gostaria de se inscrever novamente para pontuar a questão da  
1104 prestação de contas, pois seu tempo já acabou e não quer também se alongar mais. Cícero  
1105 diz que gostaria de reiterar novamente sua fala na comissão: é preciso corrigir os erros do  
1106 passado e não dá mais para termos amadorismo na gestão pública. A conselheira **Julia**  
1107 **Miyamoto** diz que para seu gosto é muito “dor para lá e dor para cá”, corregedor,  
1108 controlador, mas não está tendo uma resolução agradável ainda. Julia diz que gostaria de  
1109 falar ao Aylton, que não é falta de dinheiro não, só de cartão corporativo foi gasto R\$ 26  
1110 milhões até julho, sendo que a nossa presidente foi campeão com R\$ 7 milhões e 700 mil,  
1111 então não é falta de dinheiro e sim de bom senso. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** faz  
1112 uso da palavra e diz que na pagina 8 do relatório, no tocante ao item Vigilância em Saúde-  
1113 Force Vigilância LMTA (R\$112 mil reais), gostaria de saber o que é este Force, se este  
1114 Force é só a questão da informática ou não, e porque estes valores assim foi tão, R\$ 112  
1115 mil, sendo que a gente verifica nas outra prestações de contas um valor menor. **Sandra**  
1116 **Regina** explica que Force Vigilância, é a vigilância que até o mês de abril, pois foi cancelado  
1117 depois o contrato, era o contrato que havia para os vigilantes que ficavam em algumas  
1118 unidades, no entanto, não sabe dizer se aqui esta somente de um mês ou se tem de mais de  
1119 um mês aqui. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** diz que no tocante a pagina 10, vai  
1120 reiterar sua fala da prestação de contas anterior, quando se fala a questão do Cerest R\$ 193  
1121 mil, quando se fala a questão que falta-se recurso e nós temos aqui um recurso parado aqui  
1122 e que poderia ser aplicado na saúde do trabalhador, enquanto muitos trabalhadores aí, ainda  
1123 esperam por atendimento. Uma outra questão também, na pagina 24, é a questão da gestão  
1124 do SUS, onde nós temos um saldo de R\$ 621 mil reais, e aí, se formos analisar que existem  
1125 8 sub-blocos que este recurso poderia ser aplicado, e poderia estar dando um suporte para

1126 estar aplicando este dinheiro e dando um suporte melhor para a gestão, e nós temos o valor  
1127 deste recurso e gostaria de saber também, com relação a este valor, se tem alguma coisa  
1128 empenhada para ser pago este valor, fora a questão da morada lá, que é um contrato assim  
1129 anual e que tem uma prerrogativa. Cícero diz que no tocante a última pagina, aí entra a  
1130 questão também, que embora não seja do sindicato, mas defende a classe dos servidores,  
1131 nós temos lá, na conta 347: Qualificação da Gestão ( R\$ 690.693,33), aí o saldo bancário de  
1132 R\$706 mil, e gostaria de saber como está este processo de licitação para qualificação da  
1133 gestão , pois sabemos que muitos servidores precisam de uma qualificação e sempre a está  
1134 perguntando e voltando também a questão do R\$ 314 mil. **Dr<sup>a</sup> Valéria Cristina Barbosa**  
1135 responde que a qualificação dos servidores tem acontecido, através de encontros regionais,  
1136 os Eresps, vai acontecer também um seminário em outubro, e está se trabalhando neste  
1137 sentido também. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** coloca que este valor é um valor  
1138 específico para um projeto macro, e para estar desenvolvendo isso com todos os servidores,  
1139 e parece que iam licitar uma empresa ou fazer uma parceria com uma academia, por isso,  
1140 gostaria de saber como é que está este processo, não estas qualificações feitas nas  
1141 unidades de saúde um dia ou meio período, mais sobre uma qualificação de fato e de direito,  
1142 com tempo e especifica para este fim. **Sandra Regina** diz que este recurso veio para uma  
1143 pós-graduação. A servidora **Rosilene Machado** coloca que no tocante ao curso de  
1144 especialização, foi encaminhado o termo de referencia, foi para a gestão e passou por  
1145 análise, sendo que eles devolveram com novas orientações, ou seja, eles não aceitaram o  
1146 termo de referencia, pois eles querem varias garantias lá, que é a garantia de que os  
1147 profissionais de saúde que entrarem para fazer o curso irão conclui-lo, logo, estamos vendo  
1148 com o Marcos se pode ser pedida uma declaração, pois o curso é assim: se você tem de  
1149 formar 64 profissionais, quando chegar a prestação de contas, você tem de ter formado 64  
1150 profissionais, porém, como é que se pode garantir a saída ou a entrada de alguma pessoa  
1151 no decorrer do curso, e está se estudando a possibilidade de colocar profissionais a mais  
1152 para poder garantir essa possibilidade de ausência, pois são várias situações onde não se  
1153 pode garantir que a pessoa vai terminar o curso. Outra coisa que a gestão não concordou, é  
1154 que foi colocado no termo algumas atividades que queríamos fazer em relação ao curso,  
1155 algumas dispersões, no entanto eles querem que façamos um custo por aluno, mas  
1156 descrevendo e fazendo três orçamentos com esse custo, logo, está havendo a maior  
1157 dificuldade para conseguir com as escolas estes orçamentos desta forma. Rosilene explica  
1158 que este processo está bem lento e agora esta se aguardando a renovação do convenio,  
1159 pois ele venceu em julho de 2011, e um mês antes já se pediu a renovação e se aguarda a  
1160 resposta do departamento de convênios do MS, para ver se vai ser prorrogado ou não. O  
1161 conselheiro **Eliei Joaquim dos Santos** diz que equivocadamente disse que não se sentaria  
1162 mais com o corregedor e controlador, no entanto, gostaria de deixar claro que estava se  
1163 referindo a não se sentar para discutir este assunto dos carros especificamente. O  
1164 conselheiro **Wagner Aguiar** diz que justificando a Rosilene, foi feito também a  
1165 documentação da UEL, no ano passado foi pedido os documentos, faltando alguns  
1166 documentos. **Rosilene Machado** diz que o Wagner lembrou que no ano passado se sentou  
1167 fazer este curso pela UEL, no entanto, na época, eles não conseguiram atender os  
1168 documentos exigidos, pois a UEL estava em divida com o município. O conselheiro **Cícero**  
1169 **Cipriano Pinto** diz que seria importante verificar a questão destas documentações também,  
1170 pois parece que está dentro dos conformes juntos as academias e dá para solicitar

novamente. **Rosilene Machado** diz que fica difícil isso mesmo, pois se começa um processo, ele não dá certo, é iniciado o outro e que também emperra, aí se volta no outro processo, sendo que tudo isso demanda tempo, e no momento está se tentando prorrogar o convenio e quando ele for prorrogado ele já vai para a licitação, e não sabe se há como retornar. **Rosilene Machado** explica que ainda não houve resposta quanto ao pedido de prorrogação, pois sem ela corre-se o risco de ter de devolver o recurso. A servidora **Denise** diz que no tocante ao recurso do Cerest-MAC, acredita que o plano ainda não foi feito, mas sabe que já existem as ideias. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** sugere que o plano passe pela Comissão de Planejamento, até para que possamos emitir um parecer. Cícero sugere que a mesa abra dois minutos para que a servidora fale a respeito da questão da dengue tipo 4 e dos R\$ 929 reais da pagina 10. **Sandra Regina** diz que no tocante ao recurso MAC-DENGUE, foi apresentado um plano e encaminhado ao MS, que é um recurso para combate a dengue, mas ele veio na fonte MAC, e uma das coisas pagas foram os leitos hospitalares das pessoas que estavam com dengue na época, isso em 2010, e estes R\$ 929 reais é o saldo que há na conta. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** diz que viu na TV que serão contratadas 100 pessoas para a Dengue. **Drª Valéria Cristina** diz que isso não é fato, pois no momento não há como contratar 100 pessoas para a dengue. **Drª Valéria Cristina** coloca em votação a **Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de março e abril de 2013. O CMS aprova a prestação de contas com as seguintes observações:** O conselheiro **Aylton Paulus** aprova com ressalvas e pede declaração de voto. Aylton diz que aprova, pois até o momento, o que está verificado é que as despesas realizadas não são contrárias aos princípios e diretrizes do SUS, sendo que a ressalva é em relação ao equilíbrio financeiro dos prestadores que precisa ser analisado. A ressalva também é para que seja apresentada nas próximas reuniões, uma demonstração de que a lei 141 está sendo cumprida pelo município. Outra ressalva é quanto à questão da Araguaia. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** diz que acompanhando o voto do Srº Natal junto à comissão, em que também foi voto contrário, e também esperando a documentação que foi solicitada, as cópias de notas e também que o gestor também possa contratar um técnico para estar acompanhando, para que não volte a cometer erros, votou e como sempre, dentro desta dinâmica, que não vai pactuar com a questão que haja um desequilíbrio financeiro ou uma suspeita de irregularidade, e, a partir do momento que há esta suspeita, seu voto é contrário e as ressalvas também já ditas em seus questionamentos. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** aprova com ressalvas devido às notas da Araguaia. **Drª Valéria Cristina** coloca que não haverá tempo suficiente para contemplar todos os pontos de pauta restante, logo, gostaria de sugestões de encaminhamento. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** sugere que a apresentação do GMD seja feita junto com a apresentação do PMS, em reunião extraordinária. **O CMS aprova a proposta.** O conselheiro **Eliel Joaquim Santos** diz que os conselheiros precisam começar a ser mais pontuais e chegar no horário marcado, pois marca-se reunião para as 13 horas e os conselheiros chegam as 14, sendo que já é a 3ª reunião que não se contempla toda a pauta e o CMS não cumpre assim seu papel de controle social. **O CMS aprova que seja apresentado o Pedido de Prorrogação de Prazo ao Ministério da Saúde para o Início de Obras das UBS's e a Apresentação do POA do ILES.** Seguindo os trabalhos é passado a apresentação do **Pedido de Prorrogação de Prazo ao Ministério da Saúde para o Início de Obras das UBS's.** A servidora **Rosilene Machado** faz uso da palavra e

1216 inicia a seguinte apresentação: *Prazos ampliação UBS-CONFORME PORTARIA N °339 DE*  
 1217 *4/03/2013.Prazo final para iniciar a execução: 04/09/2013 Prazo para entrega da*  
 1218 *obra:04/09/2014.1-Região Rural-UBS- Guairacá (69 m para ampliar),Portaria que habilitou*  
 1219 *1.170 de 05.06.2012 ; Recurso R\$103.500,00,Repactuação em 31/05/2013 R\$107.175,00;*  
 1220 *Solicitação de Serviços 173 na SMGP para licitar projetos de ampliação: PENDENCIA: Após*  
 1221 *os projetos entregues será feita planilha orçamentária para licitar a execução da obra.*  
 1222 *Previsão de inicio da execução jun/14. 2-Região Rural-UBS-Irerê(50 m para ampliar),*  
 1223 *Portaria que habilitou 1.170 de 05.06.2012; Recurso R\$75.000,00; Repactuação em*  
 1224 *31/05/2013 R\$189.270,00;Situação: Solicitação de Serviços 173 na SMGP para licitar*  
 1225 *projetos de ampliação: PENDENCIA: Após os projetos entregues será feita planilha*  
 1226 *orçamentária para licitar a execução da obra. Previsão de inicio da execução jun/14. 3-*  
 1227 *Região Rural-UBS-Maravilha(82 m2 de ampliação), Portaria que habilitou Portaria que*  
 1228 *habilitou 1.170 de 05.06.2012 ; Recurso R\$123.000,00,Repactuação em 31/05/2013*  
 1229 *R\$249.630,00;Situação; Solicitação de Serviços 173 na SMGP para licitar projetos de*  
 1230 *ampliação: PENDENCIA: Após os projetos entregues será feita planilha orçamentária para*  
 1231 *licitar a execução da obra. Previsão de inicio da execução jun/14. 4-Região Rural-UBS-*  
 1232 *Selva(50 m2 para ampliar), Portaria que habilitou 1.170 de 05.06.2012; Recurso*  
 1233 *R\$75.000,00; Repactuação em 31/05/2013 R\$86.805,00;Situação: Solicitação de Serviços*  
 1234 *173 na SMGP para licitar projetos de ampliação: PENDENCIA: Após os projetos entregues*  
 1235 *será feita planilha orçamentária para licitar a execução da obra. Previsão de inicio da*  
 1236 *execução jun/14. 5-Região Rural-UBS-Lerrovile (47 m2 para ampliação), Portaria que*  
 1237 *habilitou 1.170 de 05.06.2012; Recurso R\$70.000,00; Repactuação em 31/05/2013*  
 1238 *R\$74.940,00;Situação: Solicitação de Serviços 173 na SMGP para licitar projetos de*  
 1239 *ampliação: PENDENCIA: Após os projetos entregues será feita planilha orçamentária para*  
 1240 *licitar a execução da obra. Previsão de inicio da execução jun/14. 6-Região Norte-UBS-João*  
 1241 *Paz (72m para ampliar) Portaria que habilitou 1.170 de 05.06.2012; Recurso R\$108.000,00;*  
 1242 *Repactuação em 31/05/2013 R\$108.000,00;Situação: Solicitação de Serviços 173 na SMGP*  
 1243 *para licitar projetos de ampliação: PENDENCIA: Após os projetos entregues será feita*  
 1244 *planilha orçamentária para licitar a execução da obra. Previsão de inicio da execução*  
 1245 *jun/14. 7-Região Centro-UBS-Vila Casone (50m para ampliar) Portaria que habilitou 1.170 de*  
 1246 *05.06.2012; Recurso R\$74.250,00; Repactuação em 31/05/2013 R\$74.250,00;Situação:*  
 1247 *Solicitação de Serviços 173 na SMGP para licitar projetos de ampliação: PENDENCIA: Após*  
 1248 *os projetos entregues será feita planilha orçamentária para licitar a execução da obra.*  
 1249 *Previsão de inicio da execução jun/14. 8-Região Oeste-UBS-Alvorada (67m para ampliação)*  
 1250 *Portaria que habilitou 1.170 de 05.06.2012; Recurso R\$99.750,00; Repactuação em*  
 1251 *31/05/2013 R\$140.310,00;Situação: Solicitação de Serviços 173 na SMGP para licitar*  
 1252 *projetos de ampliação: PENDENCIA: Após os projetos entregues será feita planilha*  
 1253 *orçamentária para licitar a execução da obra. Previsão de inicio da execução jun/14.\*Prazos*  
 1254 *para tramitação: Solicitação de Serviços na SMGP 1. Parecer da PGM: 30 dias2. Processo*  
 1255 *licitatório (projetos) na SMGP: 60 DIAS.3. Homologação do processo licitatório: 30 dias4.*  
 1256 *Empenho dos projetos: 15 dias.5. Ordem de Serviços: 03 dias6. Entrega dos Projetos: 60*  
 1257 *dias.7. Elaboração de planilha orçamentária para contratação da obra, pela SMOP: 90*  
 1258 *dias.8. recomeça o processo conforme item 01 até item 05.9. Prazo estimado para iniciar a*  
 1259 *obra: 426 dias; CONSTRUÇÃO; 1-Itens, Rg- Sul, LocalGUANABARA- Rua Montevideu com*  
 1260 *Rua Havaí - Praça José Antonio de Oliveira 400 m2 Portaria que habilitou,3167 de*

1261 18/12/2009 PAC; Recurso inicial R\$266.666,67; Repactuação em 31/05/2013; não constava  
1262 no sismob para adequação; Situação:TOMADADEPREÇOSTP/SMGP-  
1263 0008/2013ContrataçãodeExecução de obra de construção. Abertura 06/08/2013. Apenas  
1264 uma empresa apresentou proposta. Entre 12 e 16/8 publicação de habilitação e abertura de  
1265 proposta comercial. PENDENCIA: Homologação do processo licitatório - TP/SMGP/0008/13  
1266 - até 30/agosto/13; Assinaturas do contrato.Previsão de Inicio da Execução, Set/13.2- Itens,  
1267 Rg- Sul Local- Maravilha/Cristal(U.Vitório), Portaria que habilitou,3167 de 18/12/2009 PAC;  
1268 Recurso inicial R\$266.666,67; Repactuação em 31/05/2013;R\$512.000,00; Situação;  
1269 Convite 7- Sondagem e Fundações homologado em 27.06.2013. Empenho 3069. Aguarda  
1270 declaração de desimpedimento da área pela SMOP E IPPUL para contratar a repetição dos  
1271 projetos. PENDENCIA-1.Contrato de repetição dos Projetos.2. Declaração de  
1272 desimpedimento do local pela SMOP e IPPUL.3. Execução da Sondagem e Fundação.4.  
1273 Elaboração de Planilha Orçamentária; 5. Licitação da Execução da Obra.6. Execução da  
1274 Obra. Previsão de Inicio da Execução, Jun/13. 3- Itens, Rg- Sul Local-Pq.Indústrias; Portaria  
1275 que habilitou,3766 de 01/12/2010 PAC-Fase II Recurso inicial R\$266.666,67; Repactuação  
1276 em 31/05/2013;R\$512.000,00; Situação; Convite 7- Sondagem e Fundações homologado  
1277 em 27.06.2013. Empenho 3071. Aguarda declaração de desimpedimento da área pela  
1278 SMOP E IPPUL para contratar a repetição dos projetos. PENDENCIA-1.Contrato de  
1279 repetição dos Projetos.2. Declaração de desimpedimento do local pela SMOP e IPPUL.3.  
1280 Execução da Sondagem e Fundação.4. Elaboração de Planilha Orçamentária; 5. Licitação  
1281 da Execução da Obra.6. Execução da Obra. Previsão de Inicio da Execução, Jun/13. 4-  
1282 Itens, Rg- Norte Local-Campos Verdes Av Bento Amaral Monteiro; Portaria que  
1283 habilitou,3279 de23/12/2009 PAC-Fase II Recurso inicial R\$400.000,00; Repactuação em  
1284 31/05/2013;não constava no sismob para readequação; Situação; Tomada de preços  
1285 TP/SMGP-0005/2013 para execução da obra. Vencedor FW Construções Civis Ltda. Valor  
1286 contratado:R4709.277,52 está na gerencia de contratos da SMGP .PENDENCIA-Elaboração  
1287 e assinaturas do contrato - TP/SMGP/0005/13; para empenho e ordem de serviços.  
1288 Previsão de Inicio da Execução, SET/13. 5- Itens, Rg- Norte Local-Milton Gavetti Av  
1289 Humberto P. Coutinho/Rua Adalberto Carvalho-PAC 3.167 de 18/12/2009; Portaria que  
1290 habilitou,3279 de 23/12/2009 PAC- Recurso inicial R\$266.666,67; Repactuação em  
1291 31/05/2013;não constava no sismob para readequação; Situação;CI 132/13 DE 07/08/2013  
1292 para DF solicitando DO e LO para execução da obra. Planilha orçamentária da SMOP  
1293 recebida em 06/08/2013. Valor orçado; R\$908.787,74;PENDENCIA-1-Disponibilidade  
1294 financeira da AMS;2-Processo licitatório para execução. Previsão de Inicio da Execução; 6-  
1295 Itens, Rg- Norte Local-Carnascialli; Portaria que habilitou,3766 de 01/12/2010 PAC-Fase II  
1296 Recurso inicial R\$200.000,00; Repactuação em 31/05/2013;R\$512.000,00; Situação;  
1297 Convite 7- Sondagem e Fundações homologado em 27.06.2013. Empenho 3070. Aguarda  
1298 declaração de desimpedimento da área pela SMOP E IPPUL para contratar a repetição dos  
1299 projetos. PENDENCIA-1.Contrato dos Projetos.2. Entrega dos projetos.3.Execução da  
1300 Sondagem e Fundação.4.Licitação da Execução da Obra.5. Execução da Obra. Previsão de  
1301 Inicio da Execução, Jun/14. 7- Itens, Rg- Norte Local- Padovani Vista Bela rua André Buck,  
1302 esquina com Rua José Moro-Jd Padovani ;Portaria que habilitou,3766 de 01/12/2012 PAC-  
1303 fase II; Recurso inicial R\$266.666,67; Repactuação em 31/05/2013;R\$512.000,00; Situação;  
1304 NA SMOP - Ordem de serviços – emitidas pela SMOP – Enga. Projetos complementares –  
1305 entregues.Em elaboração de planilha orçamentária com Enga. Márcia para execução da

1306 obra. Levantamento está praticamente finalizado, falta alguns preços. PENDENCIA-1 SMOP  
 1307 Finalizar Planilha Orçamentária, 2- Licitação da Execução da Obra, 3- Execução da Obra.  
 1308 Previsão de Início da Execução, DEZ/13. 8- Itens, Rg- Leste Local-Jd. Cambará/Vila Sian,  
 1309 Pac-Fase II 3.766 DE 01/12/2010 Rua Dona Carlota, 30-Área Praça, Portaria que  
 1310 habilitou, 3766 de 01/12/2012 PAC-fase II, Recurso inicial R\$400.000,00; Repactuação em  
 1311 31/05/2013; R\$512.000,00; Situação; Convite 7- Sondagem e Fundações homologado em  
 1312 27.06.2013. Empenho 3068 Ofício 51/13-SIP 47538-SS143/13 Despacho via SIP de 09/07  
 1313 DGLC solicita justificativa de preços, nos termos do art.26 da Lei 8.666/93.. Aguarda  
 1314 declaração de desimpedimento da área pela SMOP E IPPUL para contratar a repetição dos  
 1315 projetos. PENDENCIA-1. Contrato dos Projetos. 2. Entrega dos projetos. 3. Execução da  
 1316 Sondagem e Fundação. 4. Licitação da Execução da obra, 5. Execução da Obra. Previsão de  
 1317 Início da Execução, JUN/14. ; 9- Itens, Rg- Rural Local-Três Bocas; Portaria que  
 1318 habilitou, 3766 de 01/12/2010 PAC-Fase II, Recurso inicial R\$200.000,00; Repactuação em  
 1319 31/05/2013; R\$408.000,00; Situação; Recebido a proposta de venda de terreno em  
 1320 02/08/2013 de 1.000m<sup>2</sup> no valor de R\$120,00/M<sup>2</sup>. Em 08/08/2013 encaminhado-of.095/13  
 1321 para avaliação da SMF. PENDENCIA-1. Aquisição do terreno, 2- Licitação dos Projetos, .3-  
 1322 Elaboração dos projetos 4. Planilha orçamentária para execução; .5. Licitação da Execução da  
 1323 obra, 6. Execução da Obra. Previsão de Início da Execução, AGO/14. ; 10- Itens, Rg- Rural  
 1324 Local-Paiquerê; Portaria habilitou, 3766 de 01/12/2010 PAC-Fase II, Recurso inicial  
 1325 R\$266.666,67; Repactuação em 31/05/2013; R\$512.000,00; Situação; Na SMOP para Termo  
 1326 de Referência para projetos arq., complementares, sondagem e fundação.. PENDENCIA-1 -  
 1327 Licitação dos Projetos 2- Planilha orçamentária para execução; .3. Licitação da Execução, 4-  
 1328 Sondagem e fundação; 5- Desocupação do Terreno. Previsão de Início da Execução,  
 1329 AGO/14. ; 11- Itens, Rg- Centro Local-Vila Fraternidade; Portaria habilitou, 3766 de  
 1330 01/12/2010 PAC-Fase II, Recurso inicial R\$266.666,67; Repactuação em  
 1331 31/05/2013; R\$512.000,00; Situação; empenhos 3331; 3332; 3333, encaminhados para SMOP  
 1332 através do of.96/13 de 07/08/13 para emissão da ordem de serviços para elaboração de  
 1333 projetos-resp. Enga. Niscléa. PENDENCIA-1 – Elaboração de Projetos, 2- Licitação Execução  
 1334 da Obra, 3- Execução da Obra. Previsão de Início da Execução, MAI/14. REFORMA 1-  
 1335 REGIÃO SUL UBS-União da Vitória; Portaria habilitou, 2.814 de 29/11/2012, Recurso  
 1336 R\$63.437,12; Repactuação em 31/05/2013; R\$332.083,40; Situação; SS 187/13 na SMGP  
 1337 para licitar execução. PENDENCIA-1 – Parecer da PGM; 2- Licitação, . 3- Elaboração do  
 1338 contrato; 4- Assinaturas; 5- Empenho; 6- Ordem de Serviços. Previsão de início de Execução,  
 1339 OUT/2013. 2- REGIÃO LESTE UBS-ARMINDO GUAZZI; Portaria habilitou, 2.814 de  
 1340 29/11/2012, Recurso R\$51.233,30; Repactuação em 31/05/2013; R\$298.714,50; Situação;  
 1341 Está na SMOP para elaboração de planilha orçamentária para reforma. PENDENCIA-1 –  
 1342 Parecer da PGM; 2- Licitação, . 3- Elaboração do contrato; 4- Assinaturas; 5- Empenho; 6- Ordem  
 1343 de Serviços. Previsão de início de Execução, NOV/2013. 3- REGIÃO LESTE UBS-Marabá;  
 1344 Portaria habilitou, 2.814 de 29/11/2012, Recurso R\$147.635,27; Repactuação em  
 1345 31/05/2013; R\$228.001,00; Situação; SS 201/13 na SMGP para licitar  
 1346 execução. PENDENCIA-1 – Parecer da PGM; 2- Licitação, . 3- Elaboração do contrato; 4-  
 1347 Assinaturas; 5- Empenho; 6- Ordem de Serviços. Previsão de início de Execução, OUT/2013.  
 1348 4- REGIÃO LESTE UBS-LINDÓIA; Portaria habilitou, 2.814 de 29/11/2012, Recurso  
 1349 R\$106.857,90; Repactuação em 31/05/2013; R\$232.260,00; Situação; Está na SMOP, para  
 1350 elaboração de termo de referência para contratação de projetos. PENDENCIA-1 –

1351 Contratação de projetos;2- Entrega dos projetos;3-Contratação da execução da obra;  
 1352 Previsão de início de Execução, NOV/2013. 5- REGIÃO CENTRO CENTRO SOCIAL  
 1353 URBANO (CSU); Portaria habilitou,2.814 de 29/11/2012, Recurso R\$139.925,68;  
 1354 Repactuação em 31/05/2013;R\$144.131,20; Situação; Está na DF/AMS, para informar D.O e  
 1355 L.O. PENDENCIA-Após encaminhar para SMGP, inicia-se o processo licitatório que leva  
 1356 aproximadamente 90 dias. Previsão de início de Execução, NOV/2013. 6- REGIÃO SUL  
 1357 UBS-CAFEZAL; Portaria habilitou,2.814 de 29/11/2012, Recurso R\$123.354,33;  
 1358 Repactuação em 31/05/2013;R\$155.463,00; Situação; Está na SMOP para elaboração de  
 1359 planilha orçamentária para reforma. PENDENCIA-1 –Parecer da PGM;2- Licitação,, 3-  
 1360 Elaboração do contrato;4-Assinaturas;5-Empenho;6-Ordem de Serviços. Previsão de início  
 1361 de Execução, NOV/2013. 7- REGIÃO CENTRO UBS-VILA NOVA; Portaria habilitou,2.814 de  
 1362 29/11/2012, Recurso R\$54.423,57; Repactuação em 31/05/2013;R\$125.278,40; Situação;  
 1363 Está na DF/AMS, para informar D.O e L.O. PENDENCIA-Após encaminhar para SMGP,  
 1364 inicia-se o processo licitatório que leva aproximadamente 90 dias. Previsão de início de  
 1365 Execução, NOV/2013. 8- REGIÃO NORTE UBS-PARIGOT DE SOUZA; Portaria  
 1366 habilitou,2.814 de 29/11/2012, Recurso R\$50.159,12; Repactuação em  
 1367 31/05/2013;R\$251.152,80; Situação; Está na DF/AMS, para informar D.O e L.O.  
 1368 PENDENCIA-Após encaminhar para SMGP, inicia-se o processo licitatório que leva  
 1369 aproximadamente 90 dias. Previsão de início de Execução, NOV/2013. 9- REGIÃO RURAL  
 1370 UBS GUARAVERA Portaria habilitou,2.814 de 29/11/2012, Recurso R\$51.331,38;  
 1371 Repactuação em 31/05/2013;R\$157.570, 00; Situação; SS 199/13 na SMGP para licitar  
 1372 execução.PENDENCIA-1 –Parecer da PGM;2- Licitação,, 3-Elaboração do contrato;4-  
 1373 Assinaturas;5-Empenho;6-Ordem de Serviços. Previsão de início de Execução, OUT/2013.  
 1374 10- REGIÃO LESTE UBS-AMPARO; Portaria habilitou,2.814 de 29/11/2012, Recurso  
 1375 R\$69.822,50; Repactuação em 31/05/2013;R\$263.740,80; Situação; Está na SMOP para  
 1376 elaboração de planilha orçamentária. PENDENCIA-1 –Parecer da PGM;2- Licitação,, 3-  
 1377 Elaboração do contrato;4-Assinaturas;5-Empenho;6-Ordem de Serviços. Previsão de início  
 1378 de Execução, NOV/2013. 11- REGIÃO NORTE UBS-CHEFE NEWTON; Portaria  
 1379 habilitou,2.814 de 29/11/2012, Recurso R\$50.216,68; Repactuação em  
 1380 31/05/2013;R\$235.690, 00; Situação; SS 197/13 na SMGP para licitar  
 1381 execução.PENDENCIA-1 –Parecer da PGM;2- Licitação,, 3-Elaboração do contrato;4-  
 1382 Assinaturas;5-Empenho;6-Ordem de Serviços. Previsão de início de Execução, OUT/2013.  
 1383 12- REGIÃO NORTE UBS-VIVI XAVIER; Portaria habilitou,2.814 de 29/11/2012, Recurso  
 1384 R\$56.461,41; Repactuação em 31/05/2013;R\$221.774,00; Situação; Na SMGP em 15.08.13-  
 1385 MAS SS216,of.102/13 de 13/08/2013 solicitando contratação para reforma. PENDENCIA-  
 1386 Após encaminhar para SMGP, inicia-se o processo licitatório que leva aproximadamente 90  
 1387 dias. Previsão de início de Execução, OUT/2013. 13- REGIÃO OESTE UBS JARDIM  
 1388 SANTIAGO, Portaria habilitou,2.814 de 29/11/2012, Recurso R\$61.637,55; Repactuação em  
 1389 31/05/2013;R\$235.803,00; Situação; Está na DF/MAS(ci 108 de 23/07/13), para informar  
 1390 D.O e L.O. PENDENCIA-Após encaminhar para SMGP, inicia-se o processo licitatório que  
 1391 leva aproximadamente 90 dias. Previsão de início de Execução, NOV/2013. 14- REGIÃO  
 1392 OESTE UBS-JARDIM TÓKIO; Portaria habilitou,2.814 de 29/11/2012, Recurso R\$61.109,55;  
 1393 Repactuação em 31/05/2013;R\$258.916,00; Situação; SS 202/13 na SMGP para licitar  
 1394 execução.PENDENCIA-1 –Parecer da PGM;2- Licitação,, 3-Elaboração do contrato;4-  
 1395 Assinaturas;5-Empenho;6-Ordem de Serviços. Previsão de início de Execução, OUT/2013.

1396 15- REGIÃO NORTE UBS-CABO FRIO; Portaria habilitou,2.814 de 29/11/2012, Recurso  
1397 R\$60.191,55; Repactuação em 31/05/2013;R\$152.686,80; Situação; SS 203/13 Na SMGP  
1398 para licitar execução- PENDENCIA-1 –Parecer da PGM;2- Licitação,, 3-Elaboração do  
1399 contrato;4-Assinaturas;5-Empenho;6-Ordem de Serviços. Previsão de início de Execução,  
1400 OUT/2013. 16- REGIÃO NORTE UBS-AQUILES STENGHEL; Portaria habilitou,2.814 de  
1401 29/11/2012, Recurso R\$59.977,55; Repactuação em 31/05/2013;R\$185.269,00; Situação;  
1402 SS 198/13 na SMGP para licitar execução.PENDENCIA-1 –Parecer da PGM;2- Licitação,, 3-  
1403 Elaboração do contrato;4-Assinaturas;5-Empenho;6-Ordem de Serviços. Previsão de início  
1404 de Execução, OUT/2013. 17- UBS-PANISSA(SEM RECURSO FEDERAL); Situação; SS  
1405 200./13 na SMGP para licitar execução.PENDENCIA-1 –Parecer da PGM;2- Licitação,, 3-  
1406 Elaboração do contrato;4-Assinaturas;5-Empenho;6-Ordem de Serviços. Previsão de início  
1407 de Execução, OUT/2013. **Rosilene** encerra a apresentação. O conselheiro **Cícero Cipriano**  
1408 **Pinto** diz que gostaria de saber a respeito do Guanabara, pois parece que tinham também  
1409 terreno, tinha uma verba e estava vencendo o prazo. **Rosilene** coloca que o Guanabara vai  
1410 provavelmente estar no prazo, porque ele já está contratado e na fase de assinatura de  
1411 contrato para execução da obra , e, juntamente com os Campos Verdes, é o que mais  
1412 adiantado. **Cícero** diz que é só para constar em ata. **Rosilene** coloca que a Vila Sian está  
1413 programado para junho de 2014. O conselheiro **Eliei Joaquim Santos** coloca que isto foi  
1414 discutido em uma reunião extraordinária do CMS, e nesta reunião surgiu uma proposta  
1415 interessante do conselheiro José Aparecido, que é pedreiro e propôs que este conselho  
1416 tenha uma comissão de acompanhamento das obras, logo, gostaria de ratificar o que o  
1417 conselheiro colocou e ponderar com a mesa a respeito do assunto. **Rosilene** coloca que as  
1418 obra são acompanhadas pelo engenheiro, fiscal de contrato, fiscal da obra, que é da parte  
1419 da secretaria de Obras. Estas obras estão no relatório e gestão, PMS, e a comissão é a de  
1420 acompanhamento dos instrumentos de gestão, quanto a formar ou não outra comissão, isso  
1421 é uma discussão do CMS. **Drª Valéria Cristina Barbosa** diz que se o conselho acha  
1422 interessante formar outra comissão, não há problema algum nisso. O conselheiro **Cícero**  
1423 **Cipriano Pinto** diz que uma das atribuições da comissão que acompanha esses  
1424 instrumentos de gestão é acompanhar também esta obra, e dá para estarmos sentando  
1425 enquanto comissão e estar discutindo isso e delegar para ver quais conselheiros vão estar  
1426 acompanhando quais obras, e acha que é uma a posterior, pois criar mais uma comissão  
1427 para estar, pois nem as comissões muitas vezes vamos ter de estar reformulando as  
1428 questões das comissões, então aí perde um pouco e tem um certo prejuízo, e podemos  
1429 estar otimizando e na medida do possível dando resolutividade nisso. A conselheira Rosicler  
1430 Amarins Vaz diz que não concorda com o Cícero, pois foram 3 ou 4 secretários lá no  
1431 Lindóia, levaram os engenheiros, o posto está de fora a fora com rachaduras, e o cara disse  
1432 que aquilo lá não vai cair e é problema de nível, logo, é preciso que exista sim uma  
1433 comissão de pessoas quem entendem para acompanhar, pois o pessoal da secretaria vai só  
1434 para dar desculpa, sendo que o seu posto está caindo e está rachado de fora a fora e o cara  
1435 disse que não está caindo e é problema de nível. O conselheiro **Ildo Ioris** diz que concorda  
1436 que tem de ter uma comissão, no entanto, levanta outra questão: deve ser formada por  
1437 pessoas que conheçam da situação. Ildo coloca que ele, por exemplo, não entende nada se  
1438 for acompanhar uma obra, então de repente buscar junto à universidade ou outros órgãos  
1439 que possam fornecer técnicos para se acompanhar essa questão de uma forma mais  
1440 tranquila. Ildo diz que gostaria de saber se nestes atrasos, pode-se dizer de uma forma mais



1441 clara, que é problema na secretaria de gestão que está atrasando isso ou não. **Drª Valéria**  
1442 **Cristina Barbosa** diz que na verdade, cada lugar demora um pouco, a obra demorou  
1443 bastante, mais cada setor atrasou um pouco. O conselheiro Aylton Paulus diz que é preciso  
1444 prever nas ampliações, o dimensionamento de pessoal e equipamentos desde já, porque de  
1445 repente vamos ter a obra ampliada e obra fechada porque demora em se fazer concurso e  
1446 contratar. Outra observação é para que as obras constem no PMS. **Rosilene** responde que  
1447 estas obras constam no PPA e no PMS, obras novas estão contempladas RH no PPA, e as  
1448 que são substituições são com os RH existentes e não tem ampliação de RH. **Drª Valéria**  
1449 **Cristina Barbosa** diz que não se pode inaugurar uma obra sem equipamento e pessoas  
1450 para trabalhar, e já existe uma determinação neste sentido já é uma determinação existente.  
1451 O conselheiro **Wagner Aguiar** questiona a respeito da UBS Padovani. **Rosilene** responde  
1452 que a UBS Padovani é para dezembro de 2013. A conselheira **Pilar Nadir** diz que no tocante  
1453 aos projetos, gostaria de saber se toda vez que vai fazer uma reforma ou ampliação,  
1454 primeiro se “ganha o dinheiro” para depois pensar como vai fazer a obra, e não teria como a  
1455 secretaria já ter projetos feitos, elaborar uma coisa prevista, um planejamento para depois,  
1456 quando chegar o dinheiro, já estar pronto o projeto, ou o projeto tem de ser feito pela  
1457 empreiteira que vai executar. **Rosilene** responde que a secretaria pode até fazer um projeto  
1458 antes, através de um planejamento e levantar as prioridades, no entanto, corre o risco de  
1459 não conseguirmos o recurso e o dinheiro que foi para o projeto ter sido jogado fora, e há, por  
1460 exemplo, o caso da UBS União da Vitória, onde existe um projeto desde 2003 para  
1461 ampliação e reforma e estamos tentando usá-lo, porém, as leis já mudaram, logo, temos de  
1462 contratar o arquiteto novamente, o que é chamado de “repetição de projeto”, pois é preciso  
1463 contar com a pessoa que fez o projeto, para poder fazer as mudanças, sendo que alguns  
1464 profissionais cobram e outros não, e aí é outra demanda também, pois se ele não cobra ele  
1465 faz no tempo dele e não no tempo que a SMS precisa, portanto, essa é uma decisão muito  
1466 difícil. **Pilar** questiona se os processos precisam ser contratados e se não a SMS não tem  
1467 uma equipe para fazer estes projetos. **Rosilene** responde que por enquanto não, e a SMS  
1468 agora tem o Sidney, que é um arquiteto que veio para ajudar a tentar acompanhar e  
1469 desenvolver melhor as obras, mas ele não pode, por exemplo, desenvolver um projeto. **Drª**  
1470 **Valéria Cristina** coloca que teria de ser o engenheiro da obra ou contratar uma empresa  
1471 para fazer cada projeto. **Rosilene** coloca que uma alternativa seria ter um projeto próprio da  
1472 PML, desenvolvido por algum servidor que pudesse assinar como dono do projeto e aquele  
1473 ser um projeto utilizado de base para as unidades. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** diz  
1474 que dentro do que foi colocado pela Rosicler, pensa que é preciso começar a socializar  
1475 melhor as informações e trabalhar em comunhão com as comissões, exemplo: a Comissão  
1476 de Humanização vai fazer uma visita, vê uma determinada demanda e encaminha para  
1477 comissão alguns pareceres para a comissão competente, e aí esta pode também estar indo  
1478 acompanhar, agora, ficar criando comissão em cima de comissão em cima de comissão, e aí  
1479 a gente poder estar avançando nestas discussões, e então dentro desta dinâmica aí,  
1480 gostaria de reiterar sua fala: criar comissão por criar comissão e inchando as comissões, não  
1481 vamos avançar enquanto discussão de matéria, encaminhamento e pensar em uma política  
1482 realmente resolutiva. O conselheiro **José Apª Martins** faz uso da palavra e inicia dizendo  
1483 que colocou esta proposta numa outra reunião que o companheiro não estava presente,  
1484 porque lá naquela reunião começou um “bate-bola” eu quero fazer o meu primeiro, o meu  
1485 primeiro e o meu primeiro, e sabe como é os tramites da construção para serviço público. Os

1486 nossos trabalhadores, e não está representando eles aqui como sindicato, mas gostaria de  
1487 implementar essa comissão, se conselheiros não tiverem capacidade de acompanhar uma  
1488 obra e verificar projeto, pede assessoria para o CMS, pede assessoria para o secretário de  
1489 Obras pede assessoria para o departamento de compras. Se nós compramos remédio e  
1490 aqui não tem só médico, se nós autorizamos operação de cataratas e aqui não tem só  
1491 profissional da saúde, gostaria de agilizar e consensuar entre os conselheiros essa coisa,  
1492 porque, por exemplo, esta comissão poderia ajudar o secretário de Obras e da Saúde, e se  
1493 está caindo lá, vamos fazer lá a reforma, pois se cair fica feio para o município, e fica feito  
1494 para todos nós, e o outro lá que está menos ruim faz depois, e está comissão não é para  
1495 emperra o trabalho. **José Aparecido** prossegue e diz que é profissional pedreiro, mas não é  
1496 engenheiro ou arquiteto, mas sabe fazer reformas e construir, então, é para ajudar na  
1497 agilização. O serviço desta comissão tem de ser membros do conselho, não pode ser dois  
1498 ou três, tem de ser ímpar, aí o regimento já diz isso, já que não pode empatar voto, e sua  
1499 colocação é só isso, é no sentido de ajudar. Se tiver alguma comissão que não está  
1500 funcionando, tira o cara, informa o segmento dele e põe outro e isso o pessoal da  
1501 administração faz. A conselheira **Julia Miyamoto** propõe que na seja formada outra  
1502 comissão, mas que o conselheiro Jose Aparecido seja incluído na comissão existente. O  
1503 conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** diz que o Cícero, além de legalista, parece que é  
1504 meio burocrático, para não dizer “burrocrático”. O conselheiro José colocou com muita  
1505 clareza , pois ninguém quer burocratizar o serviço público, e se o conselheiro Cícero colocou  
1506 que existe uma comissão de instrumentos de gestão, gostaria de pedir a inclusão do  
1507 conselheiro José Aparecido nesta comissão, para que ele acompanhe, pois é um cara de  
1508 grande valor e que vai contribuir muito para estas obras, e ele mesmo já disse que não é  
1509 engenheiro e não vai interferir na obra, mas vamos acompanhar a obra e repassar a este  
1510 pleno todo o andamento dela. A conselheira **Joelma Ap<sup>a</sup> Carvalho** diz que iria sugerir  
1511 exatamente isso e dizer que todos os conselheiros tem de tomar o cuidado, porque senão  
1512 estamos saindo do papel que é nosso, de fiscalizar, propor e ver todas as questões políticas  
1513 públicas deste município, e começar a fazer o que a gestão tem de fazer, logo, temos de  
1514 tomar cuidado, pois temos é de cobrar a gestão para que ela faça seu papel, e a hora que  
1515 levanta esta questão das obras, é obrigação de todos nós. Quando é apresentado o relatório  
1516 de gestão, o PMS, quando é discutido em conferencias e tiramos as deliberações, as quais  
1517 vão virar políticas públicas, isso é obrigação de todo CMS avaliar, propor, fiscalizar e ver se  
1518 está sendo cumprido de fato em cima da lei, pois tem as leis e você não pode construir nada  
1519 se não tiver acessibilidade, se não tiver conforme determina a legislação, então não cabe  
1520 criar uma comissão para estar verificando isso, e é preciso cobrar da gestão e do gestor  
1521 para que faça como determina a legislação, e isso cabe a todo conselho. A conselheira  
1522 **Rosicler Amarins de Moura Vaz** coloca que o que a Comissão de Humanização mais fez  
1523 foi cobrar a gestão, não agora, há muito tempo, e cansou e parou de cobrar, mas só cobrar  
1524 não adiante, pois se fosse só cobrar já havia muita obra feita. **Dr<sup>a</sup> Valéria Cristina Barbosa**  
1525 diz que pode ser feito o seguinte encaminhamento: Quando for discutir obras, a comissão  
1526 que acompanha isso deve convidar a pessoa que ela achar que é o técnico que pode  
1527 acompanhar o tema. A seguir é passado ao seguinte ponto de pauta: **Apresentação do**  
1528 **POA do ILES.** A diretora do DRAS, **Maria de Fatima Tomimatsu**, faz uso da palavra e inicia  
1529 a seguinte apresentação: *PLANO OPERATIVO ASSISTENCIAL - POA*  
1530 *INSTITUTOLONDRINENSE DE EDUCAÇÃO PARA SURDOS - ILES DIRETORIA*

1531 *DE REGULAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE SERVIÇO OFERTADO: Atendimento em Saúde*  
 1532 *Auditiva de Alta Complexidade :prevenção, diagnósticos, tratamentos, protetização e*  
 1533 *acompanhamento MARCOS LEGAIS: Portaria Ministerial GM nº 1.034/2010 de 05/05/2010*  
 1534 *:Dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins*  
 1535 *lucrativos de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. art. 1º Dispor sobre*  
 1536 *a participação de forma complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos*  
 1537 *de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Art. 2º ...I - ...II - ...§ 1º -*  
 1538 *...§ 2º Para fins de organização da rede de serviços e justificativa da necessidade de*  
 1539 *complementaridade, deverá ser elaborado um Plano Operativo para os serviços públicos de*  
 1540 *saúde, nos termos do art. 7º da presente Portaria. § 3º A necessidade de complementação*  
 1541 *de serviços deverá ser aprovada pelo Conselho de Saúde e constar no Plano de Saúde*  
 1542 *respectivo. (APROVADA EM 26/11/2012 na 231ª reunião ordinária do CMS.) Art. 7º O Plano*  
 1543 *Operativo é um instrumento que integrará todos os ajustes entre o ente público e a*  
 1544 *instituição privada, devendo conter elementos que demonstrem a utilização da capacidade*  
 1545 *instalada necessária ao cumprimento do objeto do contrato, a definição de oferta, fluxo de*  
 1546 *serviços e pactuação de metas. Parágrafo único. As metas serão definidas pelo gestor em*  
 1547 *conjunto com o prestador, de acordo com as necessidades e peculiaridades da rede de*  
 1548 *serviços, devendo ser submetidas ao Conselho de Saúde respectivo. ITENS QUE*  
 1549 *COMPOEM O POAA – ATENÇÃO À SAÚDE: COMPROMISSOS GERAIS B –*  
 1550 *PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DO SUS B.1. – RELACIONADAS À*  
 1551 *HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO. B.2. - RELACIONADAS À GESTÃO*  
 1552 *AMBULATORIAL. B.3. – AÇÕES RELACIONADAS AO PROCESSO DE TRABALHO E A*  
 1553 *INTEGRAÇÃO LOCAL/REGIONAL C.1- PARÂMETROS FÍSICOS DE PROCEDIMENTOS D*  
 1554 *– INDICADORES DE DESEMPENHO – METAS QUALITATIVAS E – AVALIAÇÃO X*  
 1555 *PONTUAÇÃO F - DA AVALIAÇÃO PLANO OPERATIVO ASSISTENCIAL – POA.*  
 1556 *INSTITUTO LONDRINENSE DE EDUCAÇÃO PARA SURDOS – ILES. PROGRAMAÇÃO*  
 1557 *FÍSICA – ORÇAMENTÁRIA. % ESTIMADA: \*53,8 – ITEM: AASI – VALOR: R\$ 53.800,00 –*  
 1558 *QTDE: 80. % Estimada: 5,82 – ITEM: AASI REPOSIÇÃO – VALOR: R\$ 5.825,00 – QTDE: 9.*  
 1559 *% Estimada: 27,36 – ITEM: AVALI – VALOR: R\$ 27.364,78 – QTDE: 572. % Estimada: 0,87*  
 1560 *– ITEM: SELE – VALOR: R\$ 866,25 – QTDE: 99. % Estimada: 3,81 – ITEM: FONO REAB –*  
 1561 *VALOR: R\$ 3.815,00 – QTDE: 350. % Estimada: 4,83 – ITEM: ACOMP – VALOR: R\$*  
 1562 *4.834,32 – QTDE: 156. % Estimada: 3,5 – ITEM: DI-TGD – VALOR: R\$ 3.500,00 – QTDE:*  
 1563 *230. % Estimada: 100% - ITEM: - VALOR: R\$ 100.002,35 – QTDE: 1.496. \* Pós –*  
 1564 *Fixado=pago de acordo com a dispensação, após autorização do gestor. \*\*Obs:*  
 1565 *Programação física segue os parâmetros das portarias de saúde auditiva e recomendação*  
 1566 *técnica da SESA. Tomimatsu encerra a apresentação. Tomimatsu explica que o*  
 1567 *atendimento já existe há anos e o que está sendo feito é colocar no contrato, por exigência*  
 1568 *legal. A conselheira Júlia Miyamoto questiona se estes R\$ 100 mil reais são fixos por mês e*  
 1569 *como fica quando não se atinge os 1500 pacientes/mês. Tomimatsu explica que o recurso é*  
 1570 *pré-fixado, no entanto, está no contrato que se não for executado no mínimo 95% do que*  
 1571 *está estimado, aí a instituição não recebe 100%, é que tem parte desta valor que é chamado*  
 1572 *de pós-fixado, que é um recurso que fica retido, que ele só recebe se cumprir uma*  
 1573 *quantidade mínima de atendimentos previsto no contrato, salvo algumas exceções, pois uma*  
 1574 *coisa é não atender porque não quer e outra é não atender por falta de demanda, e isso tudo*  
 1575 *é regulado pela SMS . A conselheira Júlia Miyamoto questiona se, por exemplo, neste mês*

1576 foram atendidas 1000 pessoas, no próximo mês vai ser preciso completar as 500 que  
1577 faltaram. **Tomimatsu** explica que não são 1500 pacientes e sim procedimentos, pois um  
1578 único paciente pode ser submetido a vários procedimentos no mês. **Tomimatsu** lembra que  
1579 este serviço é referência de uma macro região, ou seja, não são somente pacientes de  
1580 Londrina que são atendidos. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** pergunta se é  
1581 somente para as pessoas de Londrina ou também para os outros municípios. **Tomimatsu**  
1582 repete o que tinha acabado de falar: o serviço é referência macro regional, ou seja, não  
1583 somente pacientes de Londrina são atendidos, mas também de toda 17ª Regional, regional  
1584 de Cornélio, Jacarezinho e Apucarana, sendo que tudo vem regulado. O conselheiro **Ildo**  
1585 **loris** questiona se a questão do regulado quer dizer que vem este recurso da União ou cada  
1586 município deste vai participar. **Tomimatsu** explica que regulado quer dizer que todo paciente  
1587 vem encaminhado da rede SUS e não entra de qualquer jeito. O recurso vem para o teto de  
1588 Londrina, sendo repassado via contrato, para pagar todo atendimento realizado de lá,  
1589 realizado lá, da população desta área de abrangência. O conselheiro **Wagner Aguiar** diz  
1590 que gostaria de parabenizar a Drª Fátima pelo trabalho que ela faz por essa instituição que é  
1591 muito importante para Londrina, e o POA mostra como é importante esse trabalho que está  
1592 sendo realizado. **Tomimatsu** agradece as palavras e diz que a participação do controle  
1593 social nestas discussões é o que tem validade este trabalho, pois legitima o trabalho feito.  
1594 **Drª Valéria Cristina** propõe que sejam escolhidas as duas pessoas que irão acompanhar o  
1595 contrato em questão. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** pede questão de ordem e diz  
1596 esta indicação não está pautada, estamos na avançada hora e só falta à questão dos  
1597 informes, e a questão da indicação pode ser pautada para a próxima reunião, e isso é uma  
1598 sugestão, cabendo ao plenário acatar ou não, e vai para votação depois. Cícero diz que  
1599 gostaria de garantir sua fala, dentro de um princípio democrático de direito, e aí é o seguinte:  
1600 depois, se algum conselheiro for contrário, faz uma outra proposta e vamos para votação, e  
1601 é isso, e não adianta se indignar e falar não, não, não, pois estamos aqui dentro de um  
1602 princípio democrático de direito, onde cada um pode expor a sua ideia, expor sua fala e  
1603 depois vamos para votação. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** diz que ouve o  
1604 conselheiro Cícero e aprende mais a cada dia, e gostaria de fazer uma proposta diversa da  
1605 proposta dele, pois sugere que as duas pessoas sejam escolhidas imediatamente e não na  
1606 próxima reunião. **Tomimatsu** sugere que os conselheiros podem estar discutindo e  
1607 posteriormente encaminhando os nomes para a secretaria do conselho. **Eliel Joaquim**  
1608 propõe que os nomes sejam escolhidos nesta reunião. O CMS aprova a proposta do  
1609 conselheiro Eliel. Após discussão o conselho aprova os nomes dos conselheiros Wagner  
1610 Aguiar e Antônio Barrichello. O conselheiro Cícero vota de forma contrária. **Drª Valéria**  
1611 **Cristina** coloca que a discussão sobre o GMD ficou para a reunião que a Rosilene vai  
1612 propor ao CMS e o PMAQ e a Fila de Espera ficam para a próxima reunião. A conselheira  
1613 **Pilar Nadir** faz uso da palavra e inicia dizendo que é nova no conselho, mas, tem sentido e  
1614 observado colocações difíceis, quando um conselheiro fala o outro já retruca, ou seja, uma  
1615 falta de respeito, sendo que isso intimida quem é novo, às vezes a pessoa tem alguma  
1616 colaboração para fazer e fica inibido até por medo de uma colocação do companheiro. Nós  
1617 somos 28 conselheiros, tem gente nova chegando ao conselho, e por isso devemos  
1618 respeitar as falas de quem está falando, não começar com conversas paralelas, aí depois  
1619 questiona a mesma coisa, a questão do respeito pela fala do companheiro e ouvir o que o  
1620 outro está falando, pois de repente é uma coisa extremamente importante e que você ia falar

também, e muitas vezes uma fala poderia ser muito melhor aproveitada. Pilar finaliza e diz quer gostaria de pedir este respeito e que a mesa coloque isso em toda reunião, pois fica difícil, às vezes alguém faz uma fala e o outro já faz uma colocação. Outro dia já foi citado comissão de ética e isso tem de ser retomado, pois, embora esteja há pouco tempo no conselho, já acompanha como ouvinte, coordenadora de UBS e depois como membro do Sindserv, e tem sentido que a coisa vem piorando, pois é preciso que haja respeito entre os conselheiros e o cumprimento do regimento. **Drª Valéria Cristina** diz que a fala é extremamente pertinente e isso pode ser pactuado para as próximas reuniões, já que o conselho só tende a crescer com isso. A palavra passa à servidora **Rosilene Machado** faz uso da palavra e diz que sua fala na verdade é sobre o Plano Municipal de Saúde. Ocorre que este ano, como a nossa lei regulamentava conferência a cada 2 anos, seria ano de conferencia, porém, como a lei foi alterada, a conferencia passou a ser feita a cada 4 anos, no entanto, o plano vigente é 2010-2013, então, para a questão do PPA nós até podemos fazer o plano até o final do ano, atualizarmos o plano e encaminhar. O problema é a recomendação do CES, que estipulou que a recomendação é que seja realizado no período em que foi realizada a ultima conferencia, sendo que a última foi realizada em agosto, então temos somente o prazo de agosto para estar atualizando este plano municipal. Já foi feita uma reunião com a comissão e assim que foi finalizado o PPA, a equipe técnica da SMS já começou a desenvolver o plano e atualizar os dados, e estamos conectando com o PPA, com a última Conferência Municipal de Saúde. Amanhã será feita uma reunião com a comissão, no sentido de pactuar algumas coisas e trazer para o conselho. **Rosilene** diz que o CMS precisa discutir e definir uma data para a reunião. A conselheira **Joelma Apª Carvalho** sugere que a reunião seja feita na 1ª semana de setembro, até para que os conselheiros tenham tempo de receber e analisar os documentos, e o prazo para a revalidação ou construção do PMS é até dia 30 de setembro. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** diz que o CMS tem uma pendencia para resolver, e iríamos resolver esta pendência na expectativa, e esperando uma posição da Promotoria Pública, fazendo a discussão junto com a proposta do plano e na mesma reunião extraordinária do CMS. É preciso fazer esta discussão e se jogarmos muito para frente, vai ficar muito ruim para nós, por isso, essa discussão pode ser feita no dia 28/08. **O conselho aprova a reunião extraordinária para o dia 05/09/2013, as 13 horas, em local a definir, tendo como pauta: Resposta do Promotor Paulo Tavares, GMD e PMS.** A seguir é passado ao último ponto de pauta da reunião: **Informes.** O conselheiro **José Aparecido Martins** pergunta se os projetos podem ser disponibilizados para quem quiser estudar e diz que pretende fazer emenda parlamentar para os projetos que não tenham dinheiro para fazer, sendo que na reunião anterior foi falado que tinha o projeto, mas não havia dinheiro, e nós temos dinheiro em Brasília e temos parlamentares aí que tem dinheiro sobrando de emenda, e só faz por projeto, e precisa dessa informação para a próxima reunião para encaminhar o dinheiro para fazer as obras. **José Aparecido** pede para que na próxima reunião seja discutida a questão do estacionamento. **Drª Valéria Cristina** coloca já foi falado e não tem jeito. **José Aparecido** pede para que se volte a discutir o assunto, pois a ditadura durou 40 anos e nós a derrubamos e é uma ditadura a portaria da CML, no sentido de que um entra e o outro não. **Drª Valéria Cristina** responde que uma comissão já conversou com a CML e não há como. **José Aparecido** diz que não sabe se o homem é funcionário ou não, mas ele não pode ficar vendendo vaga para os amigos dele. Jose relata que deixou seu carro lá em cima

1666 e algumas senhoras, se lhe pedirem carona, vão pegar carona lá no hospital do câncer, e o  
1667 camarada vendendo vaga ali, pois viu isso hoje, inclusive vai tirar foto dele e denunciar na  
1668 folha, denunciar em todo lugar que couber, delegacia e onde couber, pois o cara é um  
1669 folgado. A conselheira **Mara Rossival Fernandes** informa que a Comissão de Capacitação  
1670 não vai poder ter a palestra que estava marcada para o dia 28/08, pois o palestrante não  
1671 poderá vir, logo, o evento será remarcado para setembro e comunicado aos conselheiros.  
1672 **Mara Rossival** informa que o ICL lançou a campanha de 1% pela vida, pois serão  
1673 inaugurados os 3 primeiros andares, mas tem de ser terminados mais cinco, e está  
1674 vendendo uma série de artigos. O conselheiro **Ildo Ioris** informa que esteve em Curitiba em  
1675 uma reunião com o secretário de estado, onde estiveram presentes 3 vereadores,  
1676 representantes da Santa Casa, HU e do CES, e a principal questão que foi levantada foi a  
1677 questão do Ortopédico ou dos atendimentos de ortopedia na cidade de Londrina.  
1678 Infelizmente o representante do gestor municipal de Londrina não conseguiu chegar na  
1679 reunião. Uma das questões o deixou triste, foram algumas questões colocadas pelo  
1680 secretário do estado, sendo que uma delas foi que Londrina como gestão plena teria o ônus  
1681 e o bônus da situação e que Londrina nunca procurou o estado para que algumas questões  
1682 fossem resolvidas. Uma das questões discutidas também foi à questão do teto e foi deixado  
1683 bem claro lá que o município de Londrina não consegue comprovar o déficit do teto, ou seja,  
1684 os prestadores de serviço não conseguem provar ao município, e o município ao ministério,  
1685 que existe um déficit no município de serviços, no entanto, como o município não estava  
1686 presente para contrapor, ficou uma situação bastante complicada. Uma das questões é que  
1687 o secretário informou que imediatamente estão sendo contratados 4 médicos ortopedistas  
1688 para o HZN, bem como a realização de mutirão de cirurgias, contratação de centros de  
1689 especialidades médicas do CISMEDPAR e, a nosso pedido, acolhimento de articulação junto  
1690 ao governo Beto Richa, viabilização de recursos para finalização de obras do centro de  
1691 odontologia da UEL. **Ildo Ioris** diz que em sua opinião, o estado fez pouco caso e ajudou o  
1692 fato do município não estar presente na reunião. O conselheiro **Paulo Nicolau** informa que  
1693 está aguardando os recursos que desde dezembro pararam de ser recebidos, pois estão  
1694 sendo feitos empréstimos para honrar os compromissos e manter as atividades, pois o que a  
1695 clínica está recebendo não dá para pagar a folha de pagamento. **Dr<sup>a</sup> Valéria Cristina** diz  
1696 que no tocante a fala do Ildo, na próxima reunião podemos trazer todos os ofícios que foram  
1697 entregues ao secretário do Estado com as solicitações de Londrina, inclusive com  
1698 promessas que ainda não foram cumpridas, inclusive o prefeito esteve ontem com o Micheli  
1699 e reiterou todos estes ofícios. No tocante a fala sobre o teto, realmente não conseguimos  
1700 mostrar para o Ministério que temos um déficit, e isso é fato, e o que ficou combinado é que  
1701 o Paulo Almeida venha para Londrina, veja como é feita a nossa prestação de contas e  
1702 mostre qual a outra forma que deve ser feita, no sentido de que o Ministério enxerga a série  
1703 histórica de déficit existente. A conselheira **Rosalina Batista** justifica que precisou se  
1704 ausentar da reunião para participar da reunião do Conselho Municipal da Mulher. **Rosalina**  
1705 informa que no dia 12/09, vai ocorrer, através do SESA e do CES, o evento “Mulher de  
1706 Atitude”. Dentro da rede mãe paranaense estamos trabalhando com lideranças comunitária ,  
1707 vereadores, secretários de saúde, onde são trabalhados 3 eixos de prevenção a saúde da  
1708 mulher: Câncer de Colo de Útero, Câncer de Mama, Saúde Mental no Ciclo da Vida da Mulher  
1709 e Violência contra a mulher, sendo que esse encontro será na rural. O conselheiro **Antônio**  
1710 **Barrichello** justifica que nas estará presente na reunião do dia 28. O conselheiro **Eliei**

1711 **Joaquim** informa que é preciso escolher um usuário para representar o CMS no III Ciclo de  
1712 Debates de Saúde do Trabalhador, no qual é um dos coordenadores, evento este que será  
1713 realizado no dia 12/09, no Hotel Londristar. **O conselho aprova o nome do conselheiro**  
1714 **Cícero Cipriano Pinto. Eliel** coloca ainda que é preciso escolher os componentes da  
1715 comissão do GETEXCEL. Após discussão a comissão é formada e aprovada com a seguinte  
1716 composição: **Lazara Regina de Resende, Juvira Barbosa Cordeiro, Wagner Aguiar,**  
1717 **Antônio Escatâmbulo e Pilar Nadir.** A conselheira **Júlia Miyamoto** diz que na folha de  
1718 ontem, saiu um artigo, da mestra Vivian Marques da UEL, que em sua pesquisa afirma que  
1719 12% da população tem problemas de saúde mental, e 5 milhões de brasileiros sofrem de  
1720 transtornos graves e persistentes, sendo que no mundo são 400 milhões, e é por isso que há  
1721 o ditado popular: “ de médico e louco todo mundo tem um pouco”. O conselheiro **Aylton**  
1722 **Paulus** diz que a SMS apresentou dados com relação a acidentes de transito e mortalidade  
1723 infantil que são preocupantes. Com relação a acidentes de trânsitos, poderia ser pedido um  
1724 diagnóstico a CMTU e se é normal este aumento. No tocante ao aumento da mortalidade  
1725 infantil de 2011 para cá, este é um indicador importante e precisar ser apurada esta questão.  
1726 A conselheira **Ana Paula Cantelmo** informa que, conforme foi solicitado em reunião  
1727 extraordinária, a Comissão de Humanização fez uma visita ao pronto atendimento do Jd  
1728 Leonor e a UBS Jd do sol, e a ideia é apresentar um relatório na próxima reunião. O  
1729 conselheiro **Joselito Tanius Hajjar** informa que na última quinta-feira, houve uma reunião  
1730 com o secretário Francisco e o representante da SESA, e houve ali compromissos, pois  
1731 dentro do que o Ildo falou, existe uma guerra de braços e sabemos que todo mundo sempre  
1732 tem razão, mas todos também tem pleito. O fato é trabalhamos com um teto realmente  
1733 reduzido e metade do que é prestado, e o secretário se comprometeu a dar uma amenizada  
1734 com uma parte do dinheiro do ortopédico, que não vai ser entregue mais e é R\$50 mil para  
1735 cada hospital, e ainda um estudo para nos próximos orçamentos enquadrar a reestrutura  
1736 deste teto, pois a demanda cresce, e o próprio secretário quando era diretor do HZN sentia  
1737 muito o drama e cobrava isso, e realmente a gente sabe que quando passa para o outro lado  
1738 a coisa fica difícil. **Hajjar** informa que no dia 23 será inaugurada na 17ª RS a farmácia do  
1739 Paraná , onde estará o secretário Michelli e onde serão entregues algumas ambulâncias  
1740 também. A conselheira **Rosicler Amarins** agradece a Sandra por ter mandado cortar o mato  
1741 da UBS. **Rosicler** questiona que primeiro não havia verba para o secretário ir para Curitiba,  
1742 no entanto, agora teve verba para ele viajar agora. **Drª Valéria Cristina** responde que o  
1743 secretário está viajando por conta própria em uma viagem particular. **Rosicler** diz ao  
1744 conselheiro Wagner que algumas pessoas querem participar de tudo e não abrem para as  
1745 outras e todo mundo tem direito de participar. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** diz  
1746 que gostaria de informar aos membros da Comissão do GETEXCEL, que no dia 28 vai  
1747 ocorrer um evento na GETEXCEL que comemora os 20 anos da entidade, onde vai ser feita  
1748 uma apresentação de números e vai ser falado da forma como tem acontecido este  
1749 atendimento na realidade, diferentemente daquilo que foi apresentado para o secretário, pois  
1750 acredita que ele está mal informado, uma vez que a equipe dele, como ele disse e bateu no  
1751 peito dizendo “*a minha equipe é boa*”, sendo que a gente já descobriu que não é exatamente  
1752 assim, e que fique registrado o repúdio das pessoas que foram prejudicadas, do tempo que  
1753 foi perdido, inclusive recebeu um e-mail de um servidor, e repassou para várias pessoas  
1754 aqui, que disse:” *Juvira, que feio esta história do concurso, quanta tempo perdido, quanta*  
1755 *gente chateada, quanta coisa que se jogou fora e quantas pessoas estão sendo*

1756 *prejudicadas diretamente, que coisa feia esses preguiçosos que fizeram isso e não tiveram*  
 1757 *nem o trabalho de procurar questões que não tivessem sido plagiadas”. Que fique o repúdio*  
 1758 *do povo da região oeste contra essa palhaçada, essa “porcalhada” que fizeram no concurso,*  
 1759 *e para o secretário que aqui não está, fica o voto de repúdio, pois ele bateu no peito e disse “*  
 1760 *é a minha equipe, eu garanto”, sendo que foi pontuada a questão do que poderia acontecer*  
 1761 *e de fato aconteceu, pois várias vezes nós tratamos disso e ele disse não e puxou a*  
 1762 *responsabilidade para ele, inclusive ele disse agora que o problema era essa equipe, mas*  
 1763 *não, o problema é do secretário, pois ele disse que era problema dele, pois se eu tenho uma*  
 1764 *equipe e ela erra, o problema é meu também, logo, que fique esse repúdio , primeiro porque*  
 1765 *ele não está aqui, sendo que ele deveria ter desmarcado qualquer compromisso e vir dizer a*  
 1766 *este conselho o que aconteceu, inclusive muitos conselheiros não tiveram a coragem de*  
 1767 *dizer o que está dizendo, mas o secretário deveria ter vindo aqui e falado o que foi que*  
 1768 *aconteceu, pois nós fomos cobrados por uma porção de pessoas de que nós deveríamos,*  
 1769 *como CMS, ter deliberado sobre isso. O senhor **Almir Escatambulo** convida a todos para a*  
 1770 *passeata “Passeata pela Inclusão Contra o Preconceito”, no dia 21/09 (Dia Nacional de Luta*  
 1771 *da Pessoa com Deficiência), pois ainda se esbarra na mudança de atitude de sociedade com*  
 1772 *relação a esse segmento da sociedade. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** diz que no*  
 1773 *último sábado, a UGT organizou um evento no ultimo sábado, onde foi discutido saúde,*  
 1774 *previdência e trabalho. **Cícero** diz que cada conselheiro tem o direito de falar o que pensa,*  
 1775 *mas ao mesmo tempo ele não pode falar com relação aos demais conselheiros, e quando se*  
 1776 *fala na questão de conselheiro que tinha vontade de falar, cada conselheiro aqui é*  
 1777 *responsável por suas falas e existem momentos e momentos, e se não foi dito ainda é*  
 1778 *porque não chegou o momento específico para se falar e direcionado ao secretário. Cicero*  
 1779 *diz que só fala mediante documento e de preferência com parecer jurídico do assunto, e a*  
 1780 *partir do momento que houver vai se manifestar, do contrário, fica quieto como disse até com*  
 1781 *relação. **Drª Valéria Cristina** diz que não vai faltar oportunidade para falarem diretamente ao*  
 1782 *secretário o que estão pensando. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** diz que também*  
 1783 *sabe fazer discurso socialista, mas às vezes se abstém. **Drª Valéria Cristina** diz que o*  
 1784 *concurso foi feito por mais de 30 pessoas e não se pode generalizar e dizer que a equipe é*  
 1785 *incompetente por falha de uma ou outra elaboração da prova, pois estaria sendo injusta com*  
 1786 *quem não errou e fez bem feito. Houve falhas sim, elas estão sendo apuradas e se houve*  
 1787 *erro eles serão punidos por isso, pois o caso está na corregedoria e o MP. **Ildo Ioris***  
 1788 *questiona como irá ficar a situação. **Drª Valéria Cristina** diz que o compromisso da SMS e*  
 1789 *do prefeito é para que nenhum serviço seja interrompido, e está se estudando junto ao*  
 1790 *procurador quais os meios para que isso não aconteça. Esta ata foi digitada pelos servidores*  
 1791 *Anderson Luiz Oliveira Silva e Divina Tolentino Marcucci, revisada pela secretária executiva*  
 1792 *Sandra Bavia e será assinada pelos conselheiros abaixo listados:*  
 1793

Suplente	<b>Francisco Eugenio A de Souza</b>	Ausente com justificativa
Titular	<b>Valéria Cristina A Barbosa</b>	
Suplente	<b>Djamedes Maria Garrido</b>	Ausente com justificativa
Titular	<b>Sandra Abreu Bonini</b>	
Suplente	<b>Jacy Silveira Cleto</b>	
Titular	<b>Janaina Mazzer Salinet</b>	
Suplente	<b>Pilar Nadir Alvares Soldório</b>	



Titular	<b>Fábio Vinicius Molin</b>	Ausente com justificativa
Suplente	<b>Carmem Lucia Lazaro Garcia</b>	
Titular	<b>Lazara Regina de Resende</b>	
Suplente	<b>Isaltina Pires Cardoso</b>	
Titular	<b>Sandra Iara Sterza</b>	Ausente
Suplente	<b>Eliel Joaquim dos Santos</b>	
Titular	<b>Nadya Christhiane S Pelizzari</b>	
Suplente	<b>Fahd Haddad</b>	Ausente com justificativa
Titular	<b>Ana Paula Cantelmo Luz</b>	
Suplente	<b>Mara Rossival Fernandes</b>	
Titular	<b>Artemisia Bertolazzi Martins</b>	Ausente com justificativa
Suplente	<b>Aylton Paulus Junior</b>	
Titular	<b>Margarida de Fatima F. Carvalho</b>	Ausente com justificativa
Suplente	<b>Maria Célia P Rodrigues Gregghi</b>	Ausente com justificativa
Titular	<b>Joselito Tanios Hajjar</b>	
Suplente	<b>Paulo Fernando Moraes Nicolau</b>	
Titular	<b>Nobuaqui Hasegawa</b>	
Suplente	<b>Cicero Cipriano Pinto</b>	
Titular	<b>Natal de Oliveira</b>	
Suplente	<b>Arnoldo Bulle</b>	
Titular	<b>Ivete Nobile</b>	
Suplente	<b>Eliane da Silva Nascimento</b>	
Titular	<b>José Aparecido Martins</b>	
Suplente	<b>Terêncio de Lima</b>	Ausente
Titular	<b>Maria Osvaldina de Mello Oliveira</b>	
Suplente	<b>Livaldo Bento</b>	Ausente
Titular	<b>Juvira Barbosa de Souza Cordeiro</b>	
Suplente	<b>Antonio Escatambulo</b>	
Titular	<b>Rosicler Amarins de Moura Vaz</b>	
Suplente	<b>Antonio Barrichello</b>	
Titular	<b>Julia Satie Miyamoto</b>	
Suplente	<b>Iracema Caldeira O. Ferreira</b>	Ausente
Titular	<b>Adriana Xavier Dorta</b>	Ausente com justificativa
Suplente	<b>Edson Facundo</b>	Ausente com justificativa
Titular	<b>Márcia Beghini Zambrim</b>	
Suplente	<b>Tereza Gonçalves Moreschi</b>	
Titular	<b>Joelma Ap<sup>a</sup> de Souza Carvalho</b>	
Suplente	<b>Elizabeth Bueno Candido</b>	Ausente com justificativa
Titular	<b>Ildo Ioris</b>	
Suplente	<b>Ana Barbara de T. Lourenço Jorge</b>	

1794  
1795  
1796